

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CÂMPUS DE MARÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARIA CRISTINA DA SILVA ARAÚJO ZUCCOLI

**SER E CONVIVER: TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS E
EDUCAÇÃO EM VALORES NO ENSINO MÉDIO**

MARÍLIA

2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CÂMPUS DE MARÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARIA CRISTINA DA SILVA ARAÚJO ZUCCOLI

**SER E CONVIVER: TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS E
EDUCAÇÃO EM VALORES NO ENSINO MÉDIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Psicologia da Educação: Processos Educativos e Desenvolvimento Humano.

Orientadora: Dr.^a Alessandra de Moraes

MARÍLIA

2021

Z94s

Zuccoli, Maria Cristina da Silva Araújo

Ser e conviver : temas contemporâneos transversais e educação em valores no Ensino Médio / Maria Cristina da Silva Araújo Zuccoli. -- Marília, 2021

91 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientadora: Alessandra de Moraes

1. Educação em Valores. 2. Desenvolvimento sociomoral. 3. Convivência no ambiente escolar. 4. Temas Contemporâneos Transversais. 5. Ensino Médio. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

MARIA CRISTINA DA SILVA ARAÚJO ZUCCOLI

**SER E CONVIVER: TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS E
EDUCAÇÃO EM VALORES NO ENSINO MÉDIO**

BANCA EXAMINADORA

Orientadora:_____

Alessandra de Moraes (FFC-UNESP de Marília)

1.º Examinador:_____

Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo (FFC-UNESP de Marília)

2.º Examinador:_____

Terezinha Ferreira da Silva Colombo (Colégio Criativo, Marília)

Marília, 30 de março de 2021.

Dedico este trabalho a todos os docentes que acreditam que, por meio de intervenções estrategicamente pensadas para a Educação, um mundo melhor é possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ser saudável e ter sido capaz de construir este projeto.

À minha querida orientadora, menina de luz, Alessandra de Moraes que sempre esteve ao meu lado me incentivando e elogiando as minhas propostas de intervenção em sala de aula.

E aos colegas do mestrado, todos muitos mais jovens do que eu, mas que me receberam de braços abertos e me estimularam a perseverar no meu propósito.

“Por mais que as cruentas e inglórias
Batalhas do cotidiano
Tornem um homem duro ou cínico
O suficiente para fazê-lo indiferente
Às desgraças e alegrias coletivas,
Sempre haverá no seu coração,
Por minúsculo que seja,
Um recanto suave
Onde ele guarda ecos dos sons
De algum momento de amor já vivido.

Bendito seja
Quem souber dirigir-se
A esse homem
Que se deixou endurecer,
De forma a atingi-lo
No pequeno porém macio
Núcleo da sua sensibilidade.
E por aí despertá-lo,
Tirá-lo da apatia,
Essa grotesca
Forma de autodestruição
A que por desencanto
Ou medo se sujeita.
E por aí inquietá-lo
E comovê-lo para
As lutas comuns da libertação [...]”
O Ator – Plínio Marcos

ZUCCOLI, Maria Cristina da Silva Araújo. *Ser e conviver: Temas Contemporâneos Transversais e Educação em Valores no Ensino Médio de uma escola pública*. 2021. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília, Marília, 2021.

RESUMO

Esta dissertação tem o propósito de elaborar propostas de atividades práticas para uso em sala de aula de Língua Portuguesa no Ensino Médio de uma escola pública na cidade de Marília, São Paulo. O objetivo geral é a elaboração de um programa de Educação em Valores, voltado para o Ensino Médio, o qual articule, no âmbito intradisciplinar, conteúdos de Língua Portuguesa com Temas Contemporâneos Transversais, em conformidade com a BNCC (BRASIL, 2018). Os referenciais teóricos utilizados do Desenvolvimento Moral e da Educação em Valores foram baseados em Piaget, La Taille, Puig, Ulisses F. Araújo e Glória Perez Serrano. O que motivou esse trabalho foi a constatação de que somente os conhecimentos cognitivos não davam conta de uma formação integral desse público e, que alguma ação deveria ser feita. Desse modo as atividades construídas tiveram como foco principal os temas sociais mais fragilizados na sociedade como o preconceito racial, o ódio, a misoginia, a intolerância de qualquer tipo e a falta de empatia. Com a ajuda de vídeos, gêneros textuais diversos e legislações brasileiras objetivou-se colocar os educandos em contato com as injustiças sociais existentes, levando-os a refletirem sobre, posicionarem-se a respeito do tema e tentarem buscar uma solução para o mesmo. Esta experiência provou ser possível a construção de um programa voltado à Educação em Valores com base nas teorias existentes e na experiência do docente

Palavras-chaves: Educação em Valores. Desenvolvimento sociomoral. Convivência no ambiente escolar. Temas Contemporâneos Transversais. Ensino Médio.

ZUCCOLI, Maria Cristina da Silva Araújo. *To be and to coexist: Contemporary Transversal Themes and Education in Values in the High School*. 2021. 91 f. Dissertation (Master in Education) – Faculty of Philosophy and Sciences (FFC), São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus of Marília, Marília, 2021.

ABSTRACT

This dissertation has the purpose of elaborating proposals for practical activities for use in the Portuguese Language classroom in High School of a public school in the city of Marília, São Paulo. The general objective is the elaboration of an Education in Values program, aimed at for High School, which articulates, in the intradisciplinary scope, contents of Portuguese Language with Contemporary Transversal Themes, in accordance with the BNCC (BRAZIL, 2018). The theoretical frameworks used in Moral Development and Education in Values were based on Piaget, La Taille, Puig, Ulisses F. Araújo and Glória Perez Serrano. What motivated this work was the realization that only cognitive knowledge did not provide a comprehensive formation for this audience and that some action should be taken. The activities built had as main focus the most fragile social themes in society, such as racial prejudice, hatred, misogyny, intolerance of any kind and the lack of empathy. With the help of videos, different textual genres and Brazilian legislation, the objective was to put students in contact with existing social injustices, leading them to reflect on, take a position on the topic and try to find a solution to it. This experience proved to be possible the construction of a program focused on Education in Values based on the existing theories and the experience of the teacher

Keywords: Education in Values. Sociomoral development. Coexistence in the school environment. Contemporary Transversal Themes. High School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Os Temas Contemporâneos Transversais na BNCC, conforme as macroáreas e temáticas de abrangência	37
Figura 2 – Os Temas Transversais nos PCN, DNC e na BNCC	40
Figura 3 – Atividade 1 do primeiro grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores para o uso em sala de aula	48
Figura 4 – Atividade 2 do primeiro grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores para o uso em sala de aula	49
Figura 5 – Atividade 3 do primeiro grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores para o uso em sala de aula	50
Figura 6 – Atividade 4 do primeiro grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores para o uso em sala de aula	51
Figura 7 – Atividade 1 do segundo grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores	54
Figura 8 – Atividade 2 do segundo grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores	55
Figura 9 – Atividade 3 do segundo grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores	57
Figura 10 – Atividade 4 do segundo grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores	60
Figura 11 – Atividade 5 do segundo grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores	60
Figura 12 – Atividade 1 do terceiro grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores	63
Figura 13 – Atividade 2 do terceiro grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores	65
Figura 14 – Atividade 1 do quarto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores	67
Figura 15 – Atividade 2 do quarto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores	68
Figura 16 – Atividade 3 do quarto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores	70

Figura 17 – Atividade 1 do quinto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores	73
Figura 18 – Atividade 2 do quinto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores	74
Figura 19 – Atividade 3 do quinto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores	75
Figura 20 – Atividade 1 do sexto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores.....	77
Figura 21 – Atividade 2 do sexto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores.....	79
Figura 22 – Atividade 3 do sexto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição do primeiro grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores para o uso em sala de aula	45
Quadro 2 – Descrição do segundo grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores para o uso em sala de aula	52
Quadro 3 – Descrição do terceiro grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores para o uso em sala de aula	60
Quadro 4 – Descrição do quarto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores para o uso em sala de aula	65
Quadro 5 – Descrição do quinto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores para o uso em sala de aula	71
Quadro 6 – Descrição do sexto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores para o uso em sala de aula	75

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1 Desenvolvimento Moral	19
2.2 As Práticas Morais.....	27
2.3 A transversalidade na Educação: proposições e possibilidades de renovação	30
3 O PROGRAMA DE INTERVENÇÃO: UMA PROPOSTA INTRADISCIPLINAR VOLTADA PARA A EDUCAÇÃO EM VALORES.....	43
3.1 Primeiro grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores	45
3.2 Segundo grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores	52
3.3 Terceiro grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores	60
3.4 Quarto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores	65
3.5 Quinto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores	71
3.6 Sexto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores	75
3.7 Discussões	83
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	88

1 INTRODUÇÃO

Com mais de três décadas de atuação no magistério público estadual, no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, em escolas de periferias da cidade de Marília-SP, nas disciplinas de Língua Inglesa e Língua Portuguesa, sempre tive uma inquietação em como poderia, além de ensinar os conteúdos das disciplinas do currículo, contribuir para a formação de valores de nossas crianças e jovens.

No cotidiano escolar, vivenciei inúmeros episódios, entre os alunos, professores e demais membros da comunidade escolar, nos quais estavam presentes a falta de respeito, de justiça, de cooperação, de empatia, de solidariedade, de ética, valores esses essenciais para a construção de cidadãos aptos para atuarem em sociedade e para uma convivência pacífica e harmoniosa. Essas situações sempre me aborreceram e me instigaram a procurar me aprofundar sobre o assunto, com o objetivo de poder me instrumentalizar e me capacitar, a fim de atuar na formação integral dos nossos alunos.

Tudo começou com a leitura do livro *Educação e Valores*, de Ulisses F. Araújo, Josep Maria Puig e Valéria Araújo (2007). Esse assunto me inspirou a procurar, nas universidades públicas, professores e pesquisadores que trabalhassem nessa linha. Foi assim que eu conheci o grupo GEPEM (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral), da UNICAMP, que trabalhava com esse tema. Porém, pelo fato de a universidade estar muito distante de Marília, pedi que me indicassem algum professor da UNESP local que trabalhasse com Educação em Valores. Foi assim que eu conheci a minha orientadora, Alessandra de Moraes, a qual me acolheu e incentivou a prestar o concurso de ingresso no Mestrado, na linha da Psicologia da Educação e do Desenvolvimento. Sou muito grata de poder ter tido a oportunidade de me debruçar em bibliografias que me ajudaram a conhecer a teoria e, acima de tudo, compreender que uma educação baseada em valores é um tema essencial e urgente para introduzirmos em nossas escolas públicas, de sorte que os alunos não tenham contato apenas com conteúdos abstratos e descontextualizados, mas que reconheçam e aprendam que esses temas são fundamentais para sua atuação, na sociedade.

Nas últimas décadas, a educação brasileira tem sido alvo de críticas e questionamentos, por parte da sociedade, sobre o seu desempenho na formação dos adolescentes, principalmente aqueles oriundos da escola pública. Os resultados de desempenho nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa estão muito aquém do ideal para essa faixa etária e, somado a isso, também nos deparamos com a ausência, nas escolas, no que diz respeito à formação moral calcada em valores.

São inúmeras as reclamações da comunidade escolar sobre a “crise de valores” vivenciada por nossos adolescentes. Ao mesmo tempo que nos deparamos com crianças e jovens extremamente hábeis para o manuseio das tecnologias, “bicho de sete cabeças” para uma parcela de adultos que não dominam a máquina, constatamos uma enorme lacuna na formação moral desse público. Percebemos carências no concerne à justiça, à igualdade, à solidariedade, ao respeito, ao compromisso e à cooperação, valores esses extremamente necessários para o convívio, no ambiente escolar e na sociedade.

O resultado dessas “carências” é que vivenciamos, nas salas de aula das escolas públicas, um clima desfavorável para que o processo de ensino-aprendizagem se concretize a contento. As relações interpessoais estão desgastadas e tanto professores como alunos coexistem em clima de apatia ou, muitas vezes, de confronto.

De acordo com Vinha e Nunes (2018), vários estudos apontam o crescimento de *bullying*, indisciplina, violências, incivildades, entre outros conflitos (BIONDI, 2008; LEME, 2006; VASCONCELOS, 2005), nas escolas públicas e privadas brasileiras. Esse aumento dos conflitos se reflete negativamente, atrapalhando o bom andamento da escola, quanto às relações interpessoais, acarretando assim resultados pedagógicos catastróficos.

Segundo Vinha e Nunes (2018), no Brasil, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) (WENTZEL, 2017), os índices de violência que envolvem adolescentes são alarmantes. Uma pesquisa, realizada pela OCDE com 100.00 professores e diretores de escolas de Educação Básica, revelou que 12,5% dos educadores sofreram agressões verbais ou intimidações de alunos pelo menos uma vez por semana, enquanto a média, entre outros países, é de 3,4%. Por outro lado, também os alunos são vítimas da violência: um estudo coordenado pela socióloga Miriam Abramovay (ABRAMOVAY, 2016) da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), com mais de 8 mil jovens, mostrou que 70% deles atestaram que houve violência em suas escolas.

Felizmente, esses estudos apontam não o crescimento da violência “dura”, como aquelas contidas no Código Penal, como tráfico de droga, agressões físicas, roubos etc., mas de “incivildades”, ou seja, pequenas infrações, como agressões verbais, insultos, provocações e desrespeito.

Telma Vinha e colaboradores (VINHA *et al.*, 2017) enfatizam que há uma generalização, por parte de professores, diretores e até mesmo da mídia, ao colocar a indisciplina e as brigas como formas de violência, tentando resolvê-las com medidas coercitivas.

Conforme os autores, as infrações à ordem estabelecida pela escola, por parte dos alunos, sempre existirão, em um grau menor ou maior. Provoações, comportamentos irritantes, insultos, falta de pontualidade, indiferença, atribuição de apelidos, indelicadeza, entre outros, não podem ser classificados como violentos e incomodam, por serem constantes e não por serem graves.

No final de 1996, o Ministério da Educação e do Desporto publicou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual trazia, no seu Artigo 35, além do desenvolvimento cognitivo, o item “III – O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (BRASIL, 1996).

Nos anos seguintes, foram apresentados pelo Ministério da Educação e Desporto os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997a, 1997 b), que visavam à formação autônoma do educando, bem como sua preparação para o exercício da cidadania. Nesse documento, além das disciplinas tradicionais, foram propostos temas transversais (ética, pluralidade cultural, saúde, consumo, trabalho, meio ambiente e orientação sexual), para serem trabalhados nas diferentes disciplinas.

Já naquela época, havia a preocupação e o reconhecimento, por parte do Estado, desses conteúdos (valores) como sendo fundamentais para a formação dos nossos jovens das escolas públicas. Posterior a isso, faz-se necessário destacar a mobilização global para a introdução nas escolas de uma educação em direitos humanos, ou seja, aqueles que o indivíduo possui por ser pessoa humana: o direito à vida, à família, à educação, à alimentação, ao trabalho, à liberdade, à religião, à orientação sexual, ao meio ambiente sadio entre outros. A Educação em Direitos Humanos tem como conceitos: a cultura democrática, compreensão dos contextos nacional e internacional, os valores de tolerância, solidariedade, justiça social, sustentabilidade, de inclusão e pluralidade. Uma Educação nesses moldes privilegia o pleno desenvolvimento humano e suas potencialidades valorizando o respeito aos grupos excluídos disseminando valores solidários, cooperativos e de justiça social.

Em 2003, teve início o processo de elaboração do Plano Nacional em Direitos Humanos (PNEDH) pelo Ministério do Direitos Humanos e Secretaria Nacional de Cidadania, para isso foi criado o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH). Nos anos de 2004 e 2005 houve ampla divulgação e debate do Plano Nacional em Direitos Humanos com a sociedade e, em 2006, foi publicada a versão definitiva. Esse documento é uma política pública para o fortalecimento de um projeto de sociedade calcado em princípios de democracia, cidadania e justiça social, com foco nos Direitos Humanos para o desenvolvimento da

solidariedade e respeito às diversidades para vários níveis educacionais: Educação Básica, Educação Superior, Educação Não-Formal, Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública e Educação e Mídias.

E em 2010, um decreto presidencial instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH 3 como ação definitiva para o fortalecimento da democracia. Esse documento foi um roteiro seguro (ao menos teoricamente) para resgatar o Brasil de seu passado escravista, subalterno, elitista e excludente, visando a construção de uma sociedade calcada nos grandes valores humanos de liberdade, igualdade, equidade e fraternidade.

Os eixos orientadores do Programa Nacional de Direitos Humanos foram os seguintes:

- Interação Democrática entre Estado e sociedade Civil;
- Desenvolvimento e Direitos Humanos;
- Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades;
- Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência;
- Educação e Cultura em Direitos Humanos;
- Direito à Memória e à Verdade.

Em 30 de maio de 2012, foi publicada a Resolução número 1 que estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, voltada para os sistemas de ensino e suas instituições, com fins de efetivação desses pressupostos. A Educação em Direitos Humanos tem a intenção de promover a Educação para a mudança e justiça social, fundamentada nos seguintes princípios:

- Dignidade humana;
- Igualdade de direitos;
- Reconhecimento e valorização das diferenças e diversidades;
- Laicidade do Estado;
- Democracia na Educação;
- Transversalidade, vivência e globalidade e
- Sustentabilidade socioambiental.

Seu objetivo central é a formação para a vida e a convivência por meio do exercício dos Direitos Humanos como forma de vida, organização social, política, econômica e cultural.

Em 25 de junho de 2014, foi aprovada a Lei 13.005/2014, Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência por 10 anos, a contar da data da publicação da lei; esse plano estabeleceu diretrizes, metas e estratégias para a política educacional. “No Artigo 2º estabelece as diretrizes para a promoção da qualidade educacional com destaque para V - formação para o trabalho e

para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.” (BRASIL, 2015).

Mais recentemente, nos anos de 2017 e 2018, o MEC (Ministério da Educação) redigiu um documento de caráter normativo, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), a qual define um conjunto progressivo de aprendizagens essenciais para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (BRASIL, 2017, 2018). Esse documento visa a assegurar que os alunos tenham seus direitos de aprendizagem garantidos, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e Municípios. Ressalta-se também que o referido documento está orientado por princípios éticos, políticos e estéticos, almejando a formação humana integral, com o objetivo da construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, de sorte a contemplar, dessa forma, o fim da fragmentação do conhecimento, com estímulo para a sua aplicação na vida real, dando sentido ao que se aprende. Para isso, fixou dez competências gerais da Educação Básica, onde percebemos, nos três últimos itens, a preocupação com a formação integral das crianças e adolescentes, voltada para a aquisição de valores essenciais para o convívio em sociedade:

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
 10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
- (BRASIL, 2017, p.8).

Percebe-se, nos documentos oficiais citados acima, todo um arcabouço teórico com foco no desenvolvimento das competências necessárias para a formação integral dos educandos, objetivando que a escola seja um espaço democrático e voltado para a consolidação e construção de conhecimentos que vão além da aprendizagem cognitiva e, que contribuam também com a formação do caráter e da personalidade humana. Entretanto, infelizmente não houve um esforço significativo, por parte do Estado, para a implantação efetiva desses propósitos no “chão das salas de aulas”, ou melhor, não houve empenho na capacitação e formação dos educadores para que essa perspectiva ressignificada da educação fosse realmente concretizada. Silva, Brabo e Shimizu (2019), após análise de documentos oficiais, por meio de revisão bibliográfica relativa ao período de 1997-2015, constataram que nas últimas décadas foram alcançados avanços nas políticas públicas educacionais. Porém, de acordo com esses

autores, nos anos recentes movimentos conservadores e retrógrados vêm impondo retrocessos significativos, principalmente na contemplação das temáticas de gênero, direitos humanos e sexualidades. Esses ataques constantes, deturpando os objetivos reais proclamados pelos documentos educacionais contemporâneos, que trazem no seu bojo um conceito de educação democrática, laica e de direito, infelizmente foram apropriados em massa pela população em geral com apoio da mídia e de uma parcela de políticos. Posto isso, apesar de todas as adversidades e os embates que serão necessários para o combate desse movimento reacionário, fica evidente a urgência da luta por parte dos educadores para a implantação de uma educação que articule a construção de conhecimentos com o desenvolvimento de atitudes e valores, que contribuam para uma convivência pacífica e respeitosa. Em tempos quando o discurso do Ministério da Educação (MEC) reafirma a necessidade de implantação de uma educação integral para o desenvolvimento dos jovens, em seus múltiplos aspectos – cognitivo, físico, subjetivo, cultural e ético –, faz-se necessária a reflexão acerca da busca de soluções que contemplem esse desenvolvimento global. E é por isso que acreditamos ser fundamental colocarmos no centro do nosso debate a importância da introdução e reflexão da temática da moralidade.

Arelado a tudo isso, é imperioso focalizar o contexto social no qual estamos inseridos, em que, com a facilidade de acesso às informações e com a popularização da internet, ficamos informados de quase tudo que vem acontecendo no mundo, nas áreas econômica, social e política, porém, também ficamos estarecidos com as atrocidades e maldades praticadas pelos seres humanos, em relação ao meio ambiente, crianças, idosos, indígenas, negros, homossexuais e mulheres. São exemplos de práticas jamais concebidas para uma convivência justa, pacífica, respeitosa e harmoniosa, almejada nos parâmetros de uma sociedade democrática ideal, na qual todos tenham acesso à educação, trabalho, saúde e moradia digna.

Casos como o assassinato do negro George Floyd pelo policial americano, em plena luz do dia, com a vítima implorando para poder respirar (ocorrido em maio de 2020, em Minneapolis – USA) e de jovens negros, nas periferias do Brasil, massacre de índios, para tomar suas terras, crimes de homofobia e misoginia e tantas outras perversidades nos mostram que precisamos nos debruçar sobre o que é necessário para formarmos seres humanos melhores.

A ganância, a procura pelo poder e dinheiro estão tomando a frente das ações, em detrimento do respeito mútuo, da dignidade e da integridade das pessoas. Para obter lucro e prestígio, explora-se e se “passa por cima” dos mais frágeis, vulneráveis e indefesos; nesse contexto, o importante é o lucro, custe o que custar.

A individualidade também é uma marca da sociedade contemporânea, onde o que importa ao indivíduo é vencer na vida, mesmo que isso custe ter que “passar por cima” dos outros. Custe o que custar, a tônica é alcançar sucesso e prestígio, não se importando com as consequências que isso pode causar aos outros. O sucesso e o prestígio, aliás, significam a aquisição de bens materiais, mesmo que esses bens não tenham valor afetivo para a pessoa: é necessário adquiri-los, porque está na moda e quem os possui é visto como vencedor.

Com a pandemia da Covid 19, o cenário ficou ainda pior; no Brasil, o isolamento social fez avançar o número de desempregados e, em consequência disso, o aumento de moradores de rua. São pessoas invisíveis pelo Poder Público e pela sociedade, entregues à sua própria sorte e a todo tipo de humilhação e privação de necessidades básicas. O que podemos fazer, a fim de reverter esse quadro caótico, no qual boa parte da elite só se preocupa com o lucro, não se importando com os seres humanos?

O cenário é desolador, todavia, existe um caminho possível de ser trilhado para reverter esse quadro: a reformulação da educação, uma Educação em Valores, por meio de temáticas transversais voltadas ao diálogo, respeito mútuo, tolerância, empatia, convivência democrática, justiça, solidariedade, dentre outros temas que englobem a ética. Desse modo, pretendemos formar crianças e adolescentes melhores para uma convivência pacífica e democrática, que respeitem as pessoas e as leis, que cuidem do meio ambiente com carinho, consciência e responsabilidade, que conheçam seus direitos e cumpram seus deveres e estejam preparados para tomar decisões éticas, frente aos conflitos do cotidiano.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral a elaboração de um programa de Educação em Valores, voltado para o Ensino Médio, o qual articule, no âmbito intradisciplinar, conteúdos de Língua Portuguesa com Temas Contemporâneos Transversais, em conformidade com a BNCC (BRASIL, 2018).

São objetivos específicos:

- Conhecer o conceito de Educação em Valores, em uma perspectiva cognitivo-evolutiva, de modo a adotar uma linha de concepção moral que estimule a reflexão individual e coletiva e permita a elaboração de posturas críticas em face dos problemas morais confrontados no cotidiano.
- Criar propostas de atividades práticas para o trabalho com a Educação em Valores, no contexto da disciplina de Língua Portuguesa e com a abordagem de Temas Contemporâneos Transversais, os quais possam ser aplicadas e/ou adaptadas nas salas de aula do Ensino Médio.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento Moral

Para Piaget (1932/1994), a Educação Moral tem como primeiro objetivo a construção de personalidades autônomas; sua contribuição está centrada na evolução da moral heterônoma para a autônoma e, para que isso ocorra, é preciso oferecer aos alunos situações, interações e atividades que estimulem o desenvolvimento do juízo moral.

La Taille (2006, p.96) afirma que Jean Piaget "[...] foi um dos pioneiros na área de estudos psicológicos sobre o desenvolvimento do juízo moral." Segundo o autor, a leitura do clássico *O juízo moral na criança* "[...] permite-nos compreender os meandros do pensamento de Piaget, a generosidade com que analisa inúmeros aspectos da moralidade infantil, a prudência com que deixa várias questões em aberto."

Seus conceitos de heteronomia, autonomia, realismo moral, coação e cooperação permanecem até hoje, no campo teórico da Psicologia Moral. Antes dos estudos de Piaget, pensava-se que a moral era apenas a interiorização dos valores contidos na sociedade e a memorização das regras, ou seja, uma aprendizagem passiva. Conforme Piaget, haveria três tendências morais: a anomia (ausência de regras), a heteronomia (respeito unilateral) e a autonomia (princípio da igualdade).

Piaget (1932/ 1994), no livro mencionado, com seu método clínico de conversar com as crianças sobre o tema de seu interesse, trouxe uma contribuição fundamental no tratamento empírico sobre o tema da moralidade. O autor esclarece que o objeto do seu interesse não concerne ao desenvolvimento psicológico, mas ao sujeito epistêmico (sujeito do conhecimento), ou seja, aquele que tem e elabora conhecimentos sobre o mundo e sobre si mesmo e as condições psicológicas necessárias à elaboração desse conhecimento. Nesse sentido, não serão encontradas análises diretas da moral infantil, em seus estudos, pois os mesmos são sobre o juízo moral e não sobre os comportamentos ou sentimentos morais.

Esse desenvolvimento decorre da maturação biológica, de experiências vivenciadas, interações sociais e ensinamentos formais (família e escola), os quais são adaptados pela equilíbrio. Com efeito, a equilíbrio nada mais é do que a capacidade inata do indivíduo de autorregular-se e auto-organizar-se, um trabalho individual e não a cópia de modelos externos. Outro fator importante apontado por Piaget foi o processo de construção do conhecimento que ocorre na interação do indivíduo com o meio. Ele partiu da análise das regras do jogo que são obrigatórias para consciência do jogador honesto, passando para as regras morais estabelecidas

pelos adultos e qual imagem a criança faz de si mesma, em relação a esses deveres. Por fim, o autor estudou as relações das crianças entre si, nas quais o tema foi a ideia de justiça.

Na análise das regras do jogo, Piaget distinguiu quatro estágios, associados a idades aproximadas, ressaltando-se que não são estágios cronológicos:

- 1) estágio motor e individual (observado em crianças abaixo de dois anos de idade), quando não existem regras, mas atividades manipulativas;
- 2) estágio egocêntrico (crianças entre dois e cinco anos de idade), em que as crianças, apesar de brincarem juntas, não compartilham as regras do jogo;
- 3) estágio de cooperação nascente (crianças entre sete ou oito anos de idade), no qual as crianças começam a usar as regras coletivas;
- 4) estágio de codificação das regras (inicia-se entre onze e doze anos), quando as crianças sistematizam e discutem as regras.

No que tange à consciência das regras, a partir de suas pesquisas, Piaget estabeleceu três estágios: no primeiro, não há consciência das regras; no segundo, que começa no egocentrismo e acaba na cooperação, as regras são sagradas e de origem adulta, não podendo ser modificadas; e, no terceiro estágio, as regras surgem por um acordo mútuo e estão abertas a modificações.

O autor afirma que os jovens passam por um processo de desenvolvimento de uma moral baseada na pressão imposta pelos adultos até atingirem uma moral fundamentada na cooperação e na autonomia. Para ele, nenhuma moral é inata: ela é o resultado do desenvolvimento cognitivo e das relações sociais travadas com os adultos e com outras crianças. Se as relações interpessoais são coercitivas, a moral heterônoma é favorecida; se as relações interpessoais são de cooperação e respeito mútuo, a moral autônoma é favorecida.

Puig (1998) assevera que o segundo grupo de pesquisas de Piaget contempla as normas morais de origem adulta, isto é, os resultados que as pressões coercitivas exercem sobre a consciência moral infantil. Nessa fase, Piaget encontrou duas etapas de transição: do realismo moral para o juízo autônomo. O realismo moral é caracterizado pelo dever heterônomo, no qual a obediência às regras impostas pelo adulto é literal e absoluta. O juízo autônomo acontece, quando a verdade se faz necessária nas relações de simpatia e respeito mútuo, em que a reciprocidade se estabelece e o indivíduo internamente experimenta a necessidade de tratar seu semelhante como gostaria de ser tratado. Segundo Piaget, só a cooperação leva à autonomia, cedendo espaço à justiça e ao serviço mútuo (consciência e aceitação das normas de reciprocidade do bem).

Em relação ao estudo do desenvolvimento da noção de justiça, Piaget (1932/ 1994) chegou à conclusão de que ele depende da solidariedade e do respeito mútuo entre as crianças.

Quanto às sanções, as crianças menores apoiam as sanções expiatórias, ou seja, as severas, independentemente da ação, no que diz respeito à sua natureza. Já as crianças maiores apoiam a sanção por reciprocidade, isto é, aquela que requer a reparação do dano ou a assunção das consequências do ato. Conforme Puig (1998) os estudos de Piaget sobre os conflitos entre a justiça retributiva (sanção) e a justiça distributiva (igualdade) demonstraram que os menores são favoráveis aos castigos, enquanto os maiores apoiam alternativas com base na igualdade ou equidade. Com respeito ao desenvolvimento da noção de justiça, Piaget (1932/ 1994) elaborou três períodos: o primeiro é o da justiça entendida como obediência (crianças de seis a oito anos); o segundo é o da justiça concebida como igualdade (crianças de oito a onze anos); e o terceiro é o da justiça como equidade, a favor de uma igualdade que respeite as situações particulares, tratando as pessoas como elas merecem ser tratadas.

Puig (1998) assinala que, com as pesquisas realizadas por Piaget e os resultados obtidos, para ele, o objetivo da Educação Moral é a construção de personalidades autônomas capacitadas para exercer a cooperação.

Assim, de modo geral, podemos compreender a moral da heteronomia como aquela em que o indivíduo respeita e cumpre as regras impostas coercitivamente pelo outro, sem questioná-las e, portanto, devem ser cumpridas sem reflexão ou questionamento. Nesse caso, o bem é visto como o cumprimento da regra. Essa relação é vertical, de sorte que um manda e o outro obedece. Nesse tipo de relação, o indivíduo fica impedido de reflexão ou liberdade de ação.

A moral da autonomia é aquela que permite ao indivíduo sair do seu egocentrismo, ampliar sua visão de mundo, percebendo-se parte de um todo maior, e analisar as diferentes perspectivas instauradas. Por meio de atividades de cooperação e de respeito mútuo, aprende a cooperar e respeitar e valorizar o próximo.

A escola, através de suas atividades, pode proporcionar o desenvolvimento de crianças e jovens heterônomos ou autônomos. Se as práticas pedagógicas forem pautadas no respeito unilateral, no qual as regras e sanções de convivência forem elaboradas pelos adultos, sem a participação da comunidade escolar (alunos, professores, pais ou responsáveis), para a construção coletiva visando ao bem comum, vão contribuir para a perpetuação de indivíduos heterônomos.

Se a escola é aberta às contribuições que a comunidade escolar tem para dar, na elaboração de seu contrato de convivência (regras, princípios e valores) e objetivos educacionais, estará cooperando para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento, bem como de alunos autônomos. Dessa forma, todos se sentirão participantes da construção de um

processo educacional voltado para a convivência pacífica e harmoniosa, com o intuito de alcançar a qualidade e a excelência da educação.

Kohlberg baseou-se nas ideias de Piaget (1932/ 1994) de que a evolução do juízo moral tem como base a heteronomia e autonomia, ou seja, a criança passa pela imposição da moral adulta (heteronomia) para a consciência individual (autonomia). Kohlberg acreditava que os estágios de desenvolvimento moral pelos quais as pessoas passam são sequencialmente invariáveis e universais (BIAGGIO, 2006).

Segundo Biaggio (2006), Lawrence Kohlberg foi além de Piaget e aprofundou os estudos de desenvolvimento moral, identificando três níveis, os quais contemplam seis estágios de desenvolvimento. Ele apresentou uma conceituação mais precisa dos estágios da moralidade, através da qual a dimensão da heteronomia-autonomia também é analisada.

São três os níveis propostos por Kohlberg: o pré-convencional (estágios 1 e 2), o convencional (estágios 3 e 4) e o pós-convencional (estágios 5 e 6). No nível pré-convencional, encontramos a moralidade heterônoma, característica na maioria das crianças com menos de 9 anos, muitos adolescentes e alguns adultos. Nesse nível, os indivíduos não entendem e nem respeitam as regras morais e as expectativas compartilhadas. No estágio 1, evitam quebrar as regras, com medo da punição: a obediência é para sua própria segurança, o ponto de vista é egocêntrico, de modo a não considerar os interesses dos outros. No estágio 2, a ação correta é aquela que traz prazer ou satisfação das necessidades pessoais (hedonismo), as regras só são seguidas para satisfazer seus interesses próprios, mas há também o reconhecimento do interesse dos outros.

O nível convencional é o da maioria dos adolescentes e adultos da sociedade. Porém, no estágio 3, a visão ainda é egocêntrica e há o entendimento da regra: “Faça aos outros aquilo que você gostaria que lhe fizessem”, surgindo a compreensão da equidade e o sentido de que deve se dar mais a quem mais precisa. Esse estágio é conhecido como a moralidade do bom garoto, para aprovação social e relações interpessoais. Já no estágio 4, percebe-se um grande respeito pela autoridade e as regras por ela fixadas, com o objetivo da manutenção da ordem social. A justiça baseia-se entre o sistema e o indivíduo e não se trata de escolha cumpri-las ou não, mas de obrigação.

O nível pós-convencional é alcançado somente por uma minoria de adultos, a partir dos 20 e 25 anos. Nesse nível, as pessoas entendem e aceitam as regras impostas pela sociedade, porém, essa aceitação está amparada nos princípios morais gerais que as sustentam. No estágio 5, também conhecido como “o bem da maioria”, as leis não são mais consideradas válidas simplesmente por serem leis ou costumes morais; algumas delas são questionadas pelos canais

legais e contratos democráticos, caso sejam consideradas injustas. No estágio 6 ou estágio dos princípios éticos universais, se uma lei é injusta e não pode ser modificada pelos canais democráticos legais, ela deve ser desobedecida. Essa é a moralidade da desobediência civil, com que mártires e revolucionários pacifistas permaneceram fiéis a seus princípios, em vez de se conformarem com o poder estabelecido e com a autoridade. Kohlberg cita Jesus Cristo, Gandhi e Martin Luther King, como exemplo de pessoas com o pensamento nesse nível.

Puig (1998) busca uma concepção de Educação Moral que não esteja fundamentada nos valores absolutos, nem tampouco no relativismo dos valores. Para ele,

[...] a educação moral deve converter-se em âmbito de reflexão pessoal e coletiva que permita elaborar racional e autonomamente princípios que ajudem a defrontar-se criticamente com a realidade. A educação moral deve ajudar a analisar a realidade cotidiana e as normas sociomorais vigentes, de modo que contribua para idealizar formas mais justas e adequadas de convivência. (PUIG, 1998, p.15).

Puig (1998) entende a Educação Moral como socialização, reconhecendo o que há de positivo em outros paradigmas, como o de Durkheim (1947*apud* PUIG, 1998), Raths, Harmin e Simon (1967*apud* PUIG, 1998), e que esteja estruturada nos princípios morais e educativos mais apropriados. Ele defende a ideia de uma autonomia baseada na reflexão, uma Educação Moral democrática e pluralista, a qual leve em conta as diferenças e os diferentes valores culturais presentes na sociedade.

A proposta de Puig respeita a autonomia de cada educando e propõe o diálogo para a resolução de conflitos de valores. Destaca-se também sua preocupação com a defesa dos valores relacionados ao pacifismo e aos Direitos Humanos.

Puig (2007) aponta quatro éticas necessárias para que os sujeitos aprendam a viver de maneira completa, incluindo todas as facetas humanas com aprendizagem ética que pressuponha: aprender a ser (autoética), aprender a conviver (alterética), aprender a participar (socioética) e aprender a habitar o mundo (ecoética). Aprender a ser é construir uma ética de si mesmo, não como forma de egoísmo ou individualismo, mas que privilegie os seguintes aspectos: a formação de um pensamento autônomo e crítico e o desenvolvimento da sensibilidade moral, indignando-se frente a situações inaceitáveis. Aprender a conviver é ajudar os sujeitos a estabelecer vínculos de abertura e compreensão dos outros e compromisso com o bem comum; privilegiar o altruísmo, a fim de que a identidade comum prevaleça, sem desconsiderar as diferenças através da ajuda mútua de afeto e fraternidade. Aprender a participar é estimular o civismo com respeito às normas, exigindo os seus direitos e cumprindo os seus deveres, ou seja, sendo um cidadão ativo na sociedade democrática e participativa. Aprender a habitar o mundo é despertar nos jovens uma ética universal que respeite o presente

e o futuro, preocupando-se e cuidando da natureza, da humanidade, e habitando o mundo de maneira sustentável.

Nessa perspectiva, Puig (2007) acredita ser possível a construção de um programa educativo fundamentado em valores, abarcando três vias: a interpessoal, a curricular e a institucional. A via interpessoal concerne aos vínculos interpessoais entre professores e alunos, através dos quais a interação seja um verdadeiro encontro que conjugue conhecimento e afeto. Os educandos precisam ser acolhidos, reconhecidos e aceitos pelos professores; com essa prática, cria-se um vínculo de afeto recíproco entre educador e educando, o que facilita a Educação em Valores. Em segundo lugar, o autor apresenta a via curricular, isto é, espaços e tempos previstos destinados para se falar sobre assuntos que permitem opiniões diversas e sejam de interesse dos educandos, baseados no debate com seus pares e com o professor, possibilitando o aprimoramento de seus pontos de vista. Ao entrar em contato com os dilemas morais, de modo a encontrar soluções para os conflitos individuais e coletivos, os alunos podem fazer uso de suas capacidades individuais e guias de valor, os quais permitirão a resolução de conflitos. E, por último, Puig (2007) aponta a via institucional, ou seja, a forma como a instituição escolar está organizada e que contribui também para um clima ou cultura moral. Faz-se necessário que as instituições escolares adotem o modelo de comunidade democrática, na qual as decisões sejam o resultado de negociações entre todos os membros que ali convivem, despertando, assim, o sentimento de pertencimento nos jovens que verão as suas opiniões respeitadas e valorizadas para a melhoria do ambiente escolar. Os valores praticados pela instituição escolar se tornam hábitos e atitudes pessoais e, se as práticas tiverem o viés democrático, estarão contribuindo para a formação moral e de valores dos integrantes da comunidade escolar.

La Taille (2009) faz uma análise da sociedade contemporânea e ressalta dois traços que, para o autor, interferem na formação moral e ética dos indivíduos, quais sejam: a cultura do tédio, a qual ele define como sendo a vida carente de sentido, em que o indivíduo realiza várias atividades repetitivas, para preencher seu tempo, e a cultura da vaidade, como a necessidade de aparecer sempre bem, de acordo com os padrões impostos pela sociedade. Para ele, o imperativo pós-moderno não se preocupa em fixar-se em projetos, valores sociomorais e virtudes, contudo, com a comunicação, nesse caso caracterizada pela necessidade de estar em contato com o outro, independentemente se o assunto é relevante ou não. Por meio das mídias sociais, o objetivo é aparecer dentro dos padrões dos vencedores que alcançaram a vida boa, de acordo com os modelos impostos e veiculados pela sociedade.

Considerando esse contexto, La Taille (2009) afirma que, para além do fato de que o termo Educação Moral e Cívica nos remete a épocas em que a ditadura imperava no Brasil, os temas Educação Moral e Cívica ou Cidadã devem ser regatados nas escolas brasileiras. Vivemos tempos difíceis, quando a moral, os valores e a cidadania estão descartados. A cultura da vaidade, o culto ao corpo e de vencedores, como sendo os que se destacam na sociedade, estão levando crianças, jovens e adultos à cultura do tédio. Nesse sentido, há que se debruçar sobre a importância da Educação Moral para crianças e jovens, com o objetivo de fazê-los crescer e se desenvolver autonomamente.

De acordo com La Taille, a cultura do tédio é a falta de sentido da vida, é a necessidade de ocupar o tempo com inúmeras atividades repetitivas, a fim de fugir do tédio, mas todas elas sem sentido, sem interesse, sem significação – vai-se vivendo a vida por viver. Nas crianças, percebemos isso claramente, com a obrigação imposta pelos pais de preencherem seu tempo com inúmeras atividades, como futebol, inglês, judô, informática etc.

A cultura da vaidade nada mais é do que parecer vencedor aos olhos do outro, a vaidade como sinônimo de vã e vazio e indiferença ao outro, porque as pessoas precisam estar em evidência e sempre serem notadas e elogiadas. Suas aquisições materiais não possuem valor sentimental, apenas social. Compra-se um carro do último tipo, usam-se roupas de grife, malha-se na academia para ser visto como aquele que venceu segundo os padrões da sociedade.

La Taille (2009) não é pessimista e aponta caminhos, através da educação, para reverter esse quadro. Um deles é a cultura do sentido, ou seja, transmitir conhecimentos que deem sentido à vida (ética) e à convivência (moral), e a cultura do respeito de si, que nada mais é do que conhecer a si próprio, suas potencialidades e fragilidades e, por meio da reflexão, transformar-se em um sujeito moral e ético.

Na abordagem construtivista, de acordo com Piaget (1932/1994), o sujeito tem inúmeras capacidades de adaptação, autorregulação e equilíbrio, de sorte a criar estruturas mentais, dando novos rumos à sua compreensão de mundo e da vida. E a escola é o local adequado para preparar as crianças e jovens para o futuro, com atividades que trabalhem a reflexão sobre si mesmo e o outro, fazendo referência ao passado, ao nosso patrimônio cultural, pela leitura dos clássicos da literatura, os quais permanecem influenciando nossa visão de mundo, interpretações da vida, valores e costumes. A escola precisa de atividades de cooperação, com trocas, escuta, expressão de pontos de vista e de conceitos compartilhados.

Kant (1985, p.45 apud LA TAILLE, 2009, p.231) enfatiza: “Em geral, a educação pública parece ser mais vantajosa do que a educação doméstica não somente no que concerne às habilidades, mas também no que se refere ao caráter cidadão. A educação doméstica, longe

de corrigir os defeitos da família, os reproduz.” La Taille concorda com ele de que devemos aproveitar o espaço escolar para nos dedicarmos a uma Educação Moral, que transmita, além dos conhecimentos, uma formação existencial que os faça se expandirem para aquisição de valores morais (justiça, generosidade, fidelidade etc.) e personalidade ética.

A moral é composta de regras, princípios e valores. As regras nada mais são do que a apresentação do que deve ou não ser feito; os princípios servem para compreender as regras e entender em nome do que as regras estão apoiadas, para poder decidir sobre elas e, por último, estão os valores que são os investimentos afetivos (objetos, pessoas ou ideias). Para a Educação Moral, é necessária a tomada de consciência dos valores que nos são caros, refletindo sobre eles e os modificando, se for preciso.

Na escola, um dos caminhos que podem ser percorridos é o equacionamento moral: por meio de dilemas morais postos para a reflexão, o professor pode ajudar os alunos a identificar, analisar e hierarquizar as dimensões morais presentes no dilema. Esse tipo de prática é classificado por La Taille (2009) como Procedimentos de Juízo Moral, os quais podem favorecer o desenvolvimento do juízo moral. Segundo Kohlberg (1981, p.17-19 *apud* LA TAILLE, 2009, p.227), o despertar do juízo moral inicia-se por volta dos quatro anos, o que levará o sujeito, de forma autônoma, a delimitar seus juízos morais por “[...] princípios universais de justiça, de reciprocidade e igualdade, de direitos humanos e de respeito pela dignidade dos seres humanos enquanto indivíduos,” Esse despertar é processual, percorre um longo caminho, até chegar aos juízos morais, por princípios universalizáveis e dependendo de diferentes fatores. O desenvolvimento moral ocorre quando a moral se torna objeto do conhecimento e o indivíduo age por princípios, refletindo sobre suas escolhas e não por imposição das regras elaboradas ou pré-determinadas por autoridades.

Dessa maneira, La Taille (2009) defende uma Educação Moral baseada em princípios universais de justiça, generosidade e dignidade de todo ser humano. Para o autor, o desenvolvimento do juízo moral deve começar antes do Ensino Médio. Em determinados assuntos, a Educação Moral pode incomodar, porém, ela tem a capacidade da reflexão, de fazer os sujeitos analisarem outras formas de crenças e refletirem sobre ela. Por isso, ela é tão necessária, pois, se a moralidade fosse óbvia, não estaríamos nessa situação tão caótica, na qual as virtudes e os valores estão “fora de moda”.

Conforme o autor, não é suficiente a inclusão da disciplina Educação Moral nas escolas, para o desenvolvimento do juízo moral, contudo, é preciso promover uma reforma na estrutura de como a escola está organizada, e o modelo ideal para isso é a democracia – democracia escolar, apoiada nos valores de liberdade, justiça e igualdade, na qual todos os membros da

comunidade sejam ouvidos nas decisões que lhes dizem respeito, com o objetivo do bem coletivo, estimulando o diálogo, a descentração e a autonomia moral e intelectual. Por meio das assembleias de classe, os alunos podem pautar temas de seus interesses, angústias e desejos que são debatidos para um acordo comum para o bem coletivo. Essa prática de discussão e votação entre os alunos da sala tende a estimular a autonomia e a responsabilidade, com liberdade, nos participantes. Esse modelo de regime, se for aplicado à escola, estimula a prática da cooperação, porque todos os membros do espaço escolar se sentem pertencentes a essa comunidade e se esforçam para cuidar dela e melhorá-la, ao mesmo tempo que certos sentimentos morais, como simpatia e confiança, surgem e fazem os alunos refletirem sobre eles e sobre a sua importância nas relações humanas, contribuindo assim para a construção da personalidade ética.

Ainda de acordo com La Taille (2009), a escola precisa eleger determinadas virtudes morais, como justiça, generosidade, dignidade e respeito por si e pelo outro, para melhorar a convivência no espaço escolar. Trabalhar com virtudes é trabalhar com sentimentos, e esses correspondem ao modelo ideal de seres humanos de que o mundo necessita. Outro ponto importante a ser resgatado, segundo o autor, é a polidez, ou seja, a capacidade de dizer “bom dia”, “obrigada”, “com licença” e “me desculpe”, atitudes simples que também carregam o seu valor moral e revelam a preocupação, a valorização e o respeito ao outro.

Se a escola se preocupar em oportunizar aos alunos a reflexão sobre moral, ética, a discussão de dilemas e a participação nas decisões coletivas, provavelmente estará contribuindo para desenvolver formas desejáveis de relacionamento humano. São vários os caminhos apresentados pelo autor, a fim de que a Educação Moral seja concretizada; cabe, portanto, à comunidade escolar querer fazer desse tema uma constante no cotidiano das escolas e colaborar para a formação integral de crianças e adolescentes. Esse querer fazer depende de a comunidade escolar estar aberta a repensar sua forma de organização, bem como suas práticas pedagógicas, colocando como objetivo comum a participação democrática de todos os envolvidos no processo, a eleição de temas que tenham a ver com a melhoria da comunidade escolar e do entorno, de sorte que os alunos se tornem protagonistas desse processo, para a transformação e a superação dos problemas encontrados.

2.2 As Práticas Morais

De acordo com Puig (2004), a sociedade nada mais é que o resultado das múltiplas interações que ocorrem entre os indivíduos que dela participam, e é por meio das práticas sociais que isso acontece. Por intermédio delas, é possível a disseminação de valores e virtudes, para a

condução de condutas coerentes e necessárias ao convívio respeitoso. Segundo Puig (2004), as práticas sociais são atividades socialmente estabelecidas com o objetivo do exercício de determinadas virtudes. Os sujeitos participantes, por atuarem de várias maneiras, têm a possibilidade de se transformarem e até de transformarem as estruturas sociais.

São inúmeras as práticas sociais de que os sujeitos tomam parte, na sociedade, sejam elas simples, como o jogo da velha, sejam mais complexas, como o jogo de futebol. Ao participar de uma prática, os sujeitos acatam as regras fixadas e adquirem as virtudes necessárias para desempenhá-las e incorporá-las.

Conforme o autor, a introdução da definição do que são práticas sociais e como elas servem como espaço para a mediação cultural e do conhecimento faz-se necessária, para ingressarmos no conceito de práticas escolares, quer dizer, é por meio delas que podemos observar as ações conjuntas entre professores e alunos. Na sociedade, encontramos diversas práticas para diferentes objetivos, como, por exemplo: práticas culturais, quando uma turma de jovens se reúne para angariar fundos e doá-los para uma ONG; práticas sociais e profissionais: quando músicos se reúnem para ensaiar frequentemente; práticas morais: quando um pequeno grupo de alunos se reúne para discutir as regras da sala; prática curricular: quando uma professora propõe um assunto para ser discutido; prática educacional informal: quando uma mãe ensina a preparação de uma receita de um bolo; prática de organização escolar: quando a direção da escola elabora formas de entrar em contato com os responsáveis pelos alunos.

As práticas são acontecimentos organizados com tarefas a serem cumpridas, para a obtenção de um objetivo previamente determinado. São atividades rotineiras com duplo sentido: os atores que as praticam conhecem previamente o curso que deverão perseguir, e elas são repetidas frequentemente, ou seja, sem a repetição, não existe aprendizagem. Por envolverem ações nas quais os alunos são protagonistas, elas têm uma grande força educativa.

Como objeto do nosso estudo, vamos nos debruçar no que venham a ser as práticas morais. Segundo Puig (1998), entendendo que a moral está a serviço da resolução de situações conflitantes que os indivíduos vivenciam, as práticas morais nada mais são do que formas de normatização para resolver situações que apresentam problemas morais.

Uma prática moral serve para resolver, de modo previsto, situações sociais ou pessoais que acarretem problemas de ordem moral. Encontramos dois tipos de problemas de ordem pessoal e social: os problemas novos e os recorrentes. Para os problemas recorrentes, cada cultura concebe formas eficazes de resolvê-los; quanto aos problemas novos, por falta de experiência, faz-se necessário o uso de dois tipos de práticas de valor: procedimentos de diálogo ou de autoconhecimento. Dessa forma, ritualiza-se um método para resolver um novo conflito

de valor. As práticas morais são aquelas em que os valores praticados acabam superando os objetivos para as quais elas foram criadas, isto é, os valores acabam sendo mais importantes que os objetivos da prática moral.

Ao adotar uma prática moral, os educadores devem ter claros os objetivos a serem alcançados e os valores que desejam que os alunos incorporem. Puig (2004) compara as práticas morais com uma atuação no teatro: esta requer dos atores envolvidos desempenho excelente (virtudes) e são como oficinas de exercício constante para o domínio das mesmas. As práticas morais ou de valor expressam valores e exigem certas virtudes, de forma intencional.

O autor preconiza dois tipos de práticas existentes no contexto escolar: as procedimentais, as quais podem ser exemplificadas como aquelas que empregam um dilema moral baseado no diálogo entre os educandos e, por meio dele, procuram encontrar uma solução que contemple a todos os envolvidos, abrindo espaço para a criatividade moral; e as práticas substantivas, de que, como exemplo, podemos citar aquelas relacionadas às festas escolares, onde todos os participantes precisam seguir os passos estabelecidos pelo educador, para o sucesso da festa, através de comportamentos de cooperação. Para ele, os dois tipos de práticas não são excludentes, pelo contrário, otimizam o trabalho educacional.

Assim, Puig (2004) caracteriza os dois diferentes tipos de práticas, tanto para as procedimentais quanto para as substantivas. Com relação às práticas procedimentais, ele destaca dois tipos: de reflexividade e de deliberação.

As práticas de reflexividade são aquelas que proporcionam aos indivíduos meios para o autoconhecimento, autoavaliação e autoconstrução pessoal, ou seja, o conhecimento e o cuidado de si mesmo. Puig (2004) distingue procedimentos, produtos e valores que estão ligados às práticas de reflexividade. Os procedimentos dizem respeito ao uso de capacidades psicológicas para realização de operações sobre si mesmo; através delas, os indivíduos conseguem se auto-observar, obtendo informações sobre si mesmo, se autoavaliar, valorizando-se de acordo com certos padrões de referência, e se autorregular, isto é, conduzir-se de acordo com suas escolhas.

Os produtos da reflexividade são as estruturas pessoais que dão forma ao sujeito psicológico e moral. O primeiro resultado do produto da reflexividade é o sujeito ter consciência de si mesmo, enquanto o segundo resultado do produto da reflexividade é o autoconceito, descrição de si mesmo. Nas práticas de reflexividade, o sujeito é convidado a olhar para si mesmo em relação ao assunto que está sendo tratado, ajudando-o a tomar consciência de sua posição pessoal a respeito das questões colocadas. Esse tipo de prática é realizada em reuniões conjuntas com a classe, as quais envolvem tarefas individuais, intercâmbio e espaço para a

reflexão com *feedback* do educador, proporcionando compromisso explícito ou implícito dos alunos.

Já as práticas de deliberação são aquelas que convidam ao diálogo e ao intercâmbio de soluções, a fim de alcançar o melhor modo de viver em comunidade. Elas ajudam a preparar os alunos para a vida adulta e a adoção de formas de vida coerentes com as aspirações éticas da sociedade. Essas práticas estão arraigadas na teoria ética e na prática moral, ou seja, buscam encontrar soluções para o melhor modo de viver, mediante ao uso da razão, aspiração presente nas sociedades plurais e democráticas.

Enfrentar situações moralmente conflitantes exige dois procedimentos da inteligência moral: o juízo e a compreensão. O juízo nada mais é do que formar opiniões baseadas na razão sobre o que é correto; já a compreensão é o diálogo frente às diferentes posturas em relação a essa questão, ajudando a enfrentar eticamente o problema e encontrando a solução mais justa para o mesmo.

Quanto às práticas substantivas, Puig (2004) aponta para a existência de dois tipos diferentes: as de virtudes e as normativas.

As práticas de virtudes são aquelas que cristalizam valores, modos de agir de uma determinada tradição cultural. As virtudes são qualidades para se comportar de acordo com critérios ou valores. Elas não são inatas: pelo contrário, são construídas através de exercícios para adaptação a diferentes situações. As práticas de virtudes exigem cooperação entre os educandos e o educador para solucionar alguma tarefa relacionada com a convivência e a vida da coletividade e, para que isso se concretize a contento, é necessário haver ação e diálogo.

As práticas normativas, por sua vez, nada mais são do que a transmissão das regras básicas de funcionamento das escolas, servindo para regular a conduta dos atores que convivem no espaço escolar. Elas são recheadas de princípios morais e valores para o bom funcionamento da instituição escolar e a aquisição de disciplina pelos educandos. O respeito às normas também os prepara para o convívio em sociedade, visto que esta também possui muitas normas de conduta a serem respeitadas.

2.3 A transversalidade na Educação: proposições e possibilidades de renovação

No final dos anos 1990, após a promulgação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal 9394 de 20/12/96) (BRASIL, 1996), o Ministério da Educação elaborou o documento Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997a, 1997b), com o objetivo de fazer um amplo debate com escolas, pais, municípios, governo e sociedade, para a

transformação positiva da educação pública, frente aos novos desafios do milênio. Esse documento teve o cuidado de respeitar as diferenças regionais, sociais e políticas, ao mesmo tempo que propunha referências nacionais para todo o território brasileiro, objetivando a criação de condições para que os alunos tivessem acesso aos conhecimentos necessários a uma formação cidadã.

Dessa maneira, surgem oficialmente, para os educadores brasileiros, os termos transversalidade e os temas transversais, como propostas de uma educação comprometida com a cidadania baseada em princípios da dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos, participação e corresponsabilidade pela vida social. Nesse documento, os temas escolhidos foram: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, orientação sexual e trabalho e consumo.

De acordo com o documento, os temas transversais eleitos têm como objetivo a construção da cidadania e da democracia, e os critérios estabelecidos para escolhê-los foram: urgência social, abrangência nacional, possibilidade de ensino e aprendizagem no Ensino Fundamental, o favorecimento da compreensão da realidade e a participação social.

Nessa proposta, a interdisciplinaridade e a transversalidade estão presentes e caminham juntas, pois ambas criticam a concepção do conhecimento como um conjunto de dados fixos e que não dialogam entre si. A interdisciplinaridade questiona a falta de inter-relação e a influência entre os diferentes campos do conhecimento, fazendo uma abordagem epistemológica. A transversalidade, por sua vez, propõe instaurar uma relação entre os conhecimentos, a vida real e suas possíveis transformações, o que concerne à dimensão didática.

A inclusão dos temas transversais na Educação permite e colabora para o ensino baseado em valores, atitudes e procedimentos a eles relacionados, indo ao encontro dos objetivos educacionais de formação de cidadãos conscientes de seus deveres e direitos, na construção de uma sociedade democrática e justa, onde todos possam ter seus direitos garantidos.

La Taille (2009) reconhece que a proposta de transversalidade presente nos documentos do Ministério da Educação e Cultura seria um caminho possível para que a Educação Moral fosse trabalhada nas escolas. Por meio dessa concepção pedagógica, ele aponta quatro razões para a defesa da transversalidade. A primeira se liga ao fato de que o foco em temas sociais perpassaria todas as disciplinas, evitando a fragmentação que impede aos alunos perceberem a relação mútua existente entre os conteúdos das diferentes áreas. A segunda razão é que a Educação Moral trabalhada pela transversalidade seria resultado de reflexão, por parte da equipe escolar. A terceira razão é que a transversalidade possibilita, através dos temas sociais, que as diferentes disciplinas se adequem para abordar o tema escolhido. E, por último, La Taille

(2009) assinala que a opção pela transversalidade é de ordem prática, de outra forma seria necessário a criação de várias disciplinas.

Dentro do documento Parâmetros Curriculares Nacional (BRASIL, 1998), no tema da ética, ressalta-se a importância do convívio escolar, que privilegie o respeito mútuo e a justiça, em todos os espaços: sala de aula, pátio, biblioteca etc. A justiça deve estar presente, também, na forma como o professor avalia os seus alunos, com critérios claros e de conhecimento de todos os envolvidos, evitando estimular a competição e fortalecendo a solidariedade, de sorte que aqueles alunos que tenham mais facilidade no conteúdo sejam estimulados a ajudar seus pares a superarem suas dificuldades. A qualidade das relações dos professores, no convívio com seus estudantes, deve ser de respeito mútuo, justiça e solidariedade, de maneira a se refletirem como exemplos a serem seguidos pelos alunos, visto que alguns deles não têm a oportunidade de vivenciar relações desse tipo em outros espaços.

Não obstante a proficuidade de se trabalhar com os temas transversais, La Taille (2009) constata que, infelizmente, essa proposta não se concretizou. Pela visão do autor, são vários os motivos pelos quais as escolas não se debruçaram sobre esse método, para trabalhar diferentes temas sociais, dentre os quais a “Ética”, porém, ele frisa que é de extrema urgência que a comunidade escolar se debruce sobre a Educação Moral e encontre uma forma de inseri-la no currículo escolar.

Vemos assim que, por força de inúmeros fatores, como falta de formação e atualização de professores sobre os conteúdos tratados nos Parâmetros Curriculares Nacionais, falta de vontade política, falta de condições dignas de trabalho, carga horária excessiva dos educadores, entre outros, a efetivação concreta desses pressupostos teóricos não se concretizou nas redes de ensino e, se aconteceu, foi em um percentual muito pequeno, insignificante para reverter o quadro que se apresentava naquela época.

Hoje, mais de duas décadas depois da proposição dos documentos norteadores expostos anteriormente, os problemas da educação pública brasileira se agravaram consideravelmente, os índices escancaram o fracasso escolar nos conteúdos cognitivos e também na formação cidadã. Não conseguimos oferecer uma educação de qualidade, para além dos conhecimentos cognitivos, a qual conseguisse preparar nossas crianças e jovens para um convívio em sociedade, de forma democrática e pacífica. A escola pública é bombardeada por todos os lados de críticas, os professores são vistos como os responsáveis pelo caos da situação e são atacados constantemente, mas nem tudo está perdido: existe sempre “uma luz no fim do túnel”, para reverter esse quadro.

Araújo (2003) defende que a escola precisa se reinventar, encontrar caminhos alternativos ao ensino baseado em disciplinas fragmentadas, oriundas do século XIX, e que divide o conhecimento em partes, como se o universo fosse uma máquina. O conhecimento científico foi separado da reflexão filosófica e dividido em três grandes campos de conhecimento: a Física, a Biologia e as Ciências. Na escola, os conhecimentos também se mostram separados em disciplinas e horários específicos para cada uma delas. Para o autor, os objetos de conhecimento não estão contextualizados com o cotidiano da vida dos alunos, e isso é um dos grandes problemas desse tipo de ensino, pois deixa de considerar os estudantes como seres complexos, os quais trazem conhecimento de mundo e possuem desejos e emoções. Essa forma fragmentada de compreensão da realidade precisa se modificar, de sorte a levar em conta os avanços científicos e sociais, a fim de reformular a educação necessária para as demandas deste novo milênio – e um dos caminhos que o autor apresenta é a transversalidade.

Com o avanço das ciências, o autor ressalta a importância da interdisciplinaridade, transversalidade e multidisciplinaridade, no caminho de novos paradigmas para a educação, todavia, existe um questionamento recente sobre a falta de contextualização da ciência e da cultura, por não tratar de temáticas que atendam ao interesse da maioria das pessoas. A busca de princípios democráticos, oportunidades para todos, respeito às diferenças e problematização dos embates cotidianos são questões que devem ser ensinadas nas escolas, e foi com esse objetivo que surgiram os princípios da transversalidade.

De acordo com Araújo (2003), a transversalidade tem a capacidade de mudar o foco e o objetivo das aulas, ao trazer intencionalmente a preocupação da formação ética e cidadania, pela Educação em Valores, na procura de soluções para os dilemas da sociedade, ligando a escola com o cotidiano dos alunos. Os temas transversais estão abertos para que a escola eleja aquele que melhor se encaixe com os problemas da comunidade onde ela está inserida; são temas de caráter ético, político e social, os quais têm como objetivos a melhoria da sociedade e da humanidade. Por terem natureza abrangente e concreta, possibilitam a todas as disciplinas do currículo abordar o tema escolhido dentro do seu conteúdo, proporcionando assim a interdisciplinaridade e despertando o interesse da criança e do jovem, que vivenciam esses problemas. Além disso, têm contribuições a fazer estimulando a dialogicidade e a participação, contribuindo para o sentimento de pertencimento na comunidade escolar.

Nesse sentido, a escola escolheria um tema transversal a ser trabalhado que, seria premente na comunidade em que ela está inserida, e todas as disciplinas do currículo iriam se engajar nesse tema. Por exemplo, se a comunidade escolar tem muitos problemas com o uso de

drogas por parte dos alunos ou responsáveis, o tema escolhido seria a saúde e, então, todas as disciplinas apoiariam essa escolha, por meio dos conhecimentos específicos de cada uma delas.

Serrano (2002) afirma que a escola, além dos conteúdos cognitivos, deve focar em conteúdos nos quais se aprenda a viver em comunidade, com respeito, compartilhando conhecimentos de forma tolerante e aprendendo a ser um bom cidadão. Através de temas transversais, é possível organizar conteúdos educativos, com vistas à formação moral e cívica, concebendo a cívica como a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres.

A autora explica o que vem a ser um tema transversal:

- Aborda problemas sociais complexos.
- Trata de problemas que interferem na vida da comunidade.
- Deve surgir pelo consenso coletivo.
- É realmente necessária a atuação sobre esse tema, para a formação cidadã.
- Não faça parte das disciplinas originais do currículo.
- Necessita ser tratado ao longo de todas as etapas educacionais.
- Proporciona um tratamento interdisciplinar.

O trabalho com os temas transversais, nos currículos, segundo Serrano (2002):

- Possibilita a aproximação da escola com a vida da comunidade.
- Favorece a participação, com propostas, pelos alunos.
- Contextualiza o ensino.
- Estimula o conhecimento como algo global, e não compartimentalizado.
- Facilita a implementação de projetos educacionais ou curriculares da escola.

Nesse contexto, a Educação em Valores, por meio de temas transversais, pode desempenhar um papel fundamental e importante na vida dos alunos, pois, conforme Serrano (2002), explicita valores necessários a serem trabalhados pela escola para a formação de crianças e jovens, estimula a participação social e permite que cada comunidade escolar possa discutir sobre a importância dos valores, no projeto educativo e curricular.

Segundo Araújo (2007), faz-se necessário o entendimento do funcionamento psicológico para a compreensão do ser humano e suas relações com o mundo social, natural e cultural, como meio para uma educação ética das crianças e adolescentes. O entendimento de como cada um se relaciona consigo mesmo e com o outro pode ensejar a construção permanente

de uma educação com foco em valores éticos e necessários para que seja alcançado o bem comum, ou seja, uma sociedade justa e igualitária para todos.

Araújo (2003) cita Piaget (1994), para definir o que são valores, isto é, são trocas afetivas que o sujeito faz com o exterior, objetos e pessoas; com efeito, um valor é algo do que gostamos e valorizamos e que é construído nas interações sociais, resultado de ações do indivíduo sobre o mundo subjetivo e concreto. Na perspectiva de Araújo (2007), os valores podem ser morais e não morais, de sorte que, dependendo dos valores com os quais o indivíduo tem contato, durante sua vida, vivencia exemplos de ética; provavelmente esse valor vai fazer parte de sua identidade, contudo, se, ao contrário, vivencia exemplos de violência, esse valor não moral fará parte de sua identidade. Para o autor, a escola deve buscar estratégias para possibilitar aos alunos o contato com valores éticos que fomentem projeções afetivas e façam parte de suas identidades.

Puig (2007) declara que a escola não tem dado a devida atenção aos sentimentos e emoções de seus alunos e sua importância para uma formação moral. Para ele, a famosa crise de valores de que tanto se fala, nos meios educacionais, deve ser o ponto de partida para que a escola repense novas possibilidades de contribuir para que valores éticos sejam trabalhados, no cotidiano escolar.

Serrano (2002) aponta caminhos para facilitar a Educação em Valores: estímulo ao diálogo, aprendizagem cooperativa, desenvolvimento da autoestima e autoconceito e atitudes democráticas. Nesse sentido, é necessária a criação de um clima, antes de abordar o assunto que será tratado, no qual prevaleçam relações que estimulem a tolerância, o respeito e a paz.

Ficou claro até aqui que a Educação em Valores é possível, por meio da transversalidade, porém, a maioria dos professores não foi preparada para abordar esses assuntos com seus alunos, sendo urgente e imperiosa uma formação continuada, para que esse tema tão importante seja contemplado e desenvolvido por todos. Com o ensino de língua portuguesa, por exemplo, podemos contemplar os conteúdos específicos da disciplina, ao mesmo tempo que focamos em textos que trabalhem os valores. Desse modo, estaremos contribuindo para a formação de indivíduos melhores para o convívio numa sociedade democrática e plural.

2.3.1 Temas transversais nos PCN e Temas Contemporâneos Transversais na BNCC

Desde a década de 1997, com os PCN, tem-se voltado para uma proposta de Educação em que a cidadania seja um dos princípios norteadores das aprendizagens, tomando-se como

orientação a inserção de temas sociais como objeto de reflexão com os estudantes. Dessa maneira, a proposta de abordagem de temas transversais na escola (apesar de ainda não efetivada, na prática) não é algo novo. Com a BNCC, pretende-se ampliar os alcances dessa proposta, assegurando que tais temas estejam presentes na concepção dos novos currículos com a denominação de Temas Contemporâneos Transversais (TCT) (BRASIL, 2019a).

De acordo com documento do Ministério da Educação sobre os Temas Contemporâneos Transversais na BNCC (BRASIL 2019a), importantes teóricos defendem a relevância de inter-relação entre o conteúdo curricular escolar e a realidade vivida, uma vez que

[...] a educação escolar tem responsabilidade de transformar a realidade, trabalhando além dos conteúdos considerados clássicos também aqueles que tenham uma finalidade crítica social. Educar e aprender são fenômenos que envolvem todas as dimensões do ser humano e, quando isso deixa de acontecer, produz alienação e perda do sentido social e individual no viver. É preciso superar as formas de fragmentação do processo pedagógico em que os conteúdos não se relacionam, não se integram e não se interagem. (BRASIL, 2019a, p. 04).

Conforme o documento em pauta (BRASIL, 2019a), os Temas Contemporâneos Transversais permitem transparecer a relação entre os diversos componentes curriculares, assim como com as situações experienciadas pelos estudantes no cotidiano e na realidade, de sorte a ensinar trazer “[...] contexto e contemporaneidade aos objetos do conhecimento descritos na BNCC.” (BRASIL, 2019a, p. 05). A abordagem dos Temas Contemporâneos Transversais favorece elevar “[...]o trabalho educativo para além do ensino de conteúdos científicos.” (BRASIL, 2019a, p. 11).

Além disso, trazer os Temas Contemporâneos Transversais na BNCC é cumprir a legislação referente à Educação Básica, já que garante

[...] aos estudantes os direitos de aprendizagem, pelo acesso a conhecimentos que possibilitem a formação para o trabalho, para a cidadania e para a democracia e que sejam respeitadas as características regionais e locais, da cultura, da economia e da população que frequentam a escola. (BRASIL, 2019a, p. 05).

Nesse intento, trabalhar os Temas Contemporâneos Transversais na Educação tem como pressuposto que aquilo que seja ensinado seja contextualizado, a partir das necessidades e interesses dos estudantes, tendo-se como meta seu desenvolvimento como cidadão. Adverte-se que o estudante não finda sua formação na educação formal somente com a aprendizagem de conteúdos abstratos, mas é preciso que também aprenda e reflita sobre questões relevantes para sua atuação na sociedade (BRASIL, 2019a).

Um diferencial importante entre os PCN e a BNCC é que, enquanto no primeiro documento havia uma maior flexibilidade na abordagem dos temas transversais, no que diz respeito à sua inserção na escola, não sendo obrigatórios e efetivando-se mais “[...] como um marco de referência e objetivos gerais que orientavam a organização do trabalho docente” (BRASIL 2019a, p. 09), na BNCC, aqueles marcaram sua presença como referência nacional obrigatória para a formulação e adequação dos currículos e propostas pedagógicas, sendo tidos como “[...] um conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos têm direito.” (BRASIL 2019a, p. 10).

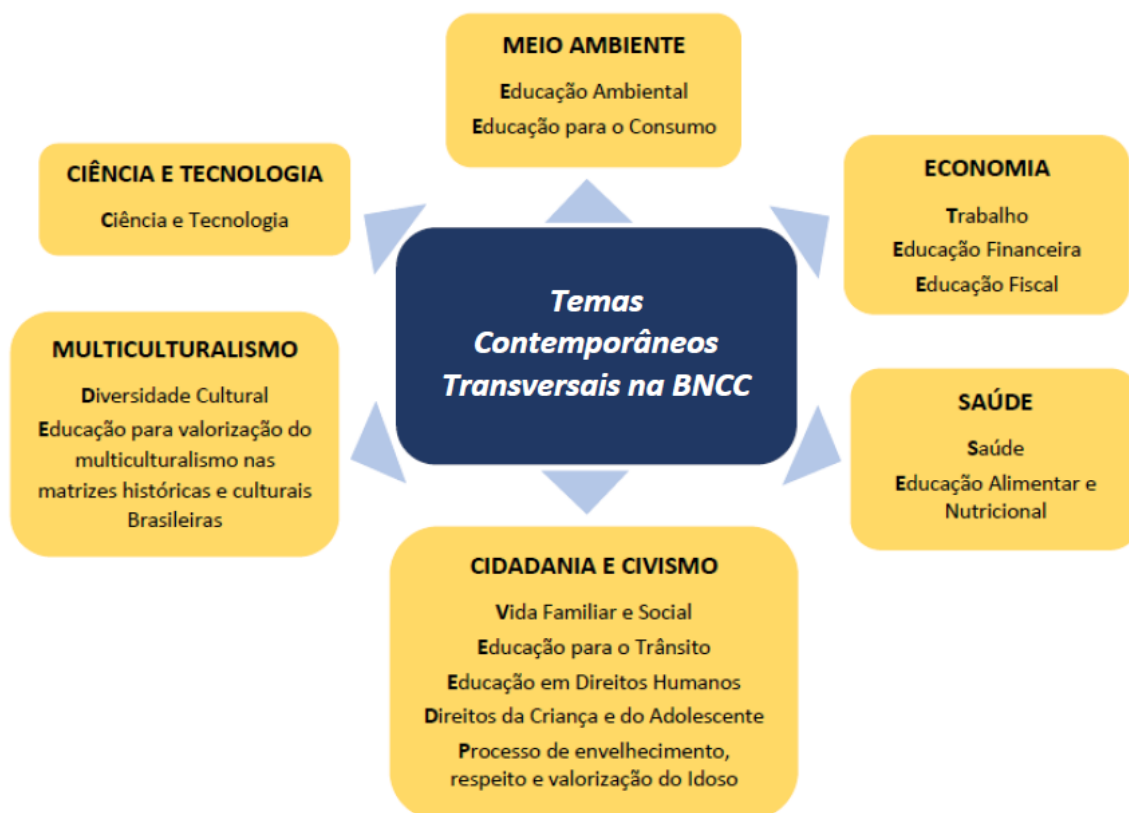
Ainda sobre o que a BNCC exibe de diferencial, na abordagem dos Temas Transversais, pode ser destacado (BRASIL, 2009a):

- Com relação à nomenclatura, adotando o termo “contemporâneo”, de modo a receber denominação “Temas Contemporâneos Transversais”, o que confere um caráter de atualidade àquilo que será tratado, e ao complementar o termo “transversal”, coloca-se em evidência a não exclusividade dessas temáticas a uma área de conhecimento, mas que devem ser trabalhadas de modo integrado e complementar.

- Quanto aos temas tratados, há uma ampliação com relação aos PCN, os quais abordavam seis temáticas (Ética; Saúde; Orientação Sexual; Pluralidade Cultural; Meio Ambiente; Trabalho e Consumo), ao passo que, na BNCC, faz-se referência a seis macroáreas temáticas (Cidadania e Civismo, Ciência e Tecnologia, Economia, Meio Ambiente, Multiculturalismo, Saúde), as quais abarcam 15 Temas Contemporâneos, a saber: Ciência e Tecnologia; Direitos da Criança e do Adolescente; Diversidade Cultural; Educação Alimentar e Nutricional; Educação Ambiental; Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras; Educação em Direitos Humanos; Educação Financeira; Educação Fiscal; Educação para o Consumo; Educação para o Trânsito; Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; Saúde; Trabalho e Vida Familiar e Social (BRASIL, 2019a, p. 12). Justifica-se que a incorporação desses novos temas visa a atender às novas demandas sociais, garantindo a formação de cidadãos, o que pede uma prática educacional voltada à realidade social e à vida pessoal, coletiva e ambiental.

Para melhor compreensão da inserção dessas novas temáticas e suas relações com as macroáreas, na BNCC, apresentamos a Figura 1, a seguir:

Figura 1 – Os Temas Contemporâneos Transversais na BNCC, conforme as macroáreas e temáticas de abrangência



Fonte: Brasil (2019a).

Ainda sobre os diferenciais da abordagem dos Temas Transversais na BNCC (BRASIL, 2019a):

- Considera-se que a relevância dada a tais temas é maior na BNCC, porque, nos PCN, tinha-se um caráter de recomendação facultativa, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) se sinalizou sua obrigatoriedade e, na BNCC passaram a ser tidos como conteúdos essenciais para a Educação Básica, tendo-se em vista sua contribuição para o desenvolvimento de habilidades atreladas aos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas abordá-las de modo contextualizado.

Deve-se enfatizar que as DCN trouxeram o fortalecimento da transversalização como aspecto orientador da sistematização das práticas pedagógicas, tendo-a como um meio de organização do trabalho didático-pedagógico por eixos temáticos integrados às disciplinas e áreas do currículo. Assim, o tratamento de tais temáticas pela Educação passa a ter uma fundamentação legal, procurando-se assegurar que os estudantes tenham uma formação que os prepare para a vida social, de forma que os conteúdos científicos estejam integrados com os sociais e políticos. Nesse sentido, na BNCC, manteve-se a orientação de que os temas sociais

sejam trabalhados “[...] de forma transversal, por meio de abordagens intra, inter e transdisciplinares [...] adquirindo-se um espaço e *status* compatíveis com a sua relevância no currículo escolar.” (BRASIL, 2019a, p. 14).

É importante ressaltar que a BNCC não visa a substituir as recomendações presentes nos PCN, mas busca complementar, integrar e sublinhar novos pontos e práticas para a ampliação do trabalho com essas temáticas na Educação. A Figura 2 ilustra as especificidades dos documentos focalizados aqui, no que tange a seus diferenciais e pontos de confluência:

Figura 2 – Os Temas Transversais nos PCN, DNC e na BNCC

Documento	Parâmetros Curriculares Nacionais	Diretrizes Curriculares Nacionais	Base Nacional Comum Curricular
Publicação	1997	2013	2017/2018
Denominação	Temas Transversais	Eixos Temáticos / Norteadores	Temas Contemporâneos (Transversais e Integradores)
Quantos são?	6 (seis)	Indeterminado (Organizados em temas gerais)	15 (quinze)
Caráter normativo	Recomendações para a Educação Básica. Assuntos que deveriam atravessar as mais diversas disciplinas.	Recomendação de que eixos temáticos propiciem o trabalho em equipe, além de contribuir para a superação do isolamento das pessoas e de conteúdos fixos. Os professores com os estudantes têm liberdade de escolher temas, assuntos que desejam estudar, contextualizando-os em interface com outros.	Determinação como referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação dos currículos e propostas pedagógicas. Considerados como conteúdos a serem integrados aos currículos da Educação Básica, a partir das habilidades a serem desenvolvidas pelos componentes curriculares. Ademais, a BNCC recomenda incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora.
E a base legal?	Não havia o vínculo obrigatório com uma legislação ou norma específica.	Parecer CNE/CEB nº 14/2000: Estabelece a interação entre a base e a parte diversificada, indissociavelmente e de forma transversal.	Todos são regidos por marcos legais específicos.
Por que transversal?	Os temas devem ser incluídos no currículo como conteúdos a serem ministrados pelas diversas áreas de conhecimento, de forma transversal.		
Por que mudar?	Em todos os documentos, as modificações representam importantes conquistas para a educação nacional e, principalmente, para os Temas Contemporâneos e à Transversalização dos conteúdos, que na BNCC receberam, no currículo escolar, o espaço e o <i>status</i> compatíveis com a sua relevância.		

Fonte: Brasil (2019a).

No entanto, apesar de seu caráter obrigatório, cabe à escola e aos sistemas de ensino sua incorporação ao currículo e às práticas pedagógicas, o que possibilita a autonomia das escolas e dos professores no emprego de diferentes concepções e formas de trabalhá-las. Por outro lado, o que ocorre é que infelizmente, em todas as reformas ou inovações curriculares apresentadas, em nível nacional, para a Educação Básica, os profissionais da educação ficaram “órfãos” quanto à formação para o entendimento do que estava sendo proposto. Existiram capacitações para um grupo de profissionais selecionados, porém, os mesmos não tiveram espaço e nem tempo necessários para replicar aos seus pares os conteúdos assimilados, e isso acarretou o fracasso de muitas delas, não por má fé, mas por falta de conhecimento e capacitação. Além disso, a jornada de trabalho excessiva dos professores, suas condições materiais e seus compromissos familiares acabaram impossibilitando que muitas inovações promissoras se concretizassem.

Posto isso, é oportuno defender uma formação continuada séria, em serviço, por parte das Secretarias de Educação dos vários estados brasileiros, a qual atinja todos os profissionais em seus locais de trabalho e com seus pares, promovendo discussões e levantamento de propostas, a fim de que possam se apropriar das teorias que embasam tais proposições, de sorte a compreendê-las em todas as suas minúcias e, assim, efetivar essas inovações nas práticas pedagógicas, em sala de aula com seus alunos.

Destacamos que são muitas as possibilidades didático-pedagógicas para o trabalho com os Temas Contemporâneos Transversais, as quais são viáveis de integração com as diferentes formas de organização curricular, capazes de englobar ao menos três níveis de complexidade:

- a intradisciplinar, que “[...] pressupõe a abordagem dos conteúdos relacionados aos temas contemporâneos de forma integrada aos conteúdos de cada componente curricular. Não se trata, portanto, de abordar o tema paralelamente, mas de trazer para os conteúdos e para a metodologia da área a perspectiva dos Temas Contemporâneos Transversais.” (BRASIL, 2019, p. 18).

- a interdisciplinar, que “[...] implica um diálogo entre os campos dos saberes, em que cada componente acolhe as contribuições dos outros, ou seja, há uma interação entre eles. Nesse pressuposto, um TCT pode ser trabalhado envolvendo dois ou mais componentes curriculares.” (BRASIL, 2019a, p. 18).

- e a transdisciplinar, “[...] que contribui para que o conhecimento construído extrapole o conteúdo escolar, uma vez que favorece a flexibilização das barreiras que possam existir entre as diversas áreas do conhecimento, possibilitando a abertura para a articulação entre elas.” (BRASIL, 2019a, p. 18).

Independentemente da forma de abordagem conforme esses três níveis, é imprescindível a integração dos temas à vida social do dia a dia, a fim de que seja feita também sua associação com o desenvolvimento das dez competências gerais da BNCC, as quais têm como propósito a formação da cidadania, de atitudes e valores.

Assim, nosso desafio, em uma perspectiva intradisciplinar, uma vez que é essa a que nos é possível, neste momento, é o de trabalhar temas sociais atuais, emergentes no contexto do conteúdo de Língua Portuguesa, de sorte a contribuir tanto para a construção de conhecimento nessa área como para a construção de uma sociedade justa, igualitária e ética. Deve-se destacar que os temas transversais são assuntos que não pertencem a uma área de conhecimento específica, mas que “atravessam todas elas”, pois fazem parte da realidade, do contexto e da contemporaneidade (BRASIL, 2019a).

Assim, retomamos aqui os objetivos deste trabalho e, na seção subsequente, apresentamos a proposta de programa por nós elaborada.

O objetivo geral desta pesquisa é a elaboração de um programa de Educação em Valores, voltado para o Ensino Médio, o qual articule, no âmbito intradisciplinar, conteúdos de Língua Portuguesa com Temas Contemporâneos Transversais, em conformidade com a BNCC (BRASIL, 2018).

São objetivos específicos:

- Conhecer o conceito de Educação em Valores, em uma perspectiva cognitivo-evolutiva, de modo a adotar uma linha de concepção moral que estimule a reflexão individual e coletiva e permita a elaboração de posturas críticas em face dos problemas morais confrontados no cotidiano.
- Criar propostas de atividades práticas para o trabalho com a Educação em Valores, no contexto da disciplina de Língua Portuguesa e com a abordagem de Temas Contemporâneos Transversais, os quais possam ser aplicadas e/ou adaptadas nas salas de aula do Ensino Médio.

3 O PROGRAMA DE INTERVENÇÃO: UMA PROPOSTA INTRADISCIPLINAR VOLTADA PARA A EDUCAÇÃO EM VALORES

O programa a elaborado é direcionado para adolescentes do primeiro ano do Ensino Médio. A proposta é a de que as atividades sejam promovidas semanalmente, durante as aulas de Língua Portuguesa. Visam a propiciar a reflexão e identificação com os valores de cooperação, de respeito mútuo, de empatia, de tolerância e de não violência. De acordo com Díaz-Aguado (2015), não é suficiente ensinar habilidades para a resolução de conflitos, o que usualmente acontece, mas é preciso que um programa de prevenção tenha um enfoque mais global, de modo que atinja também os seguintes propósitos:

- Ensine a condenar toda a forma de violência, de maneira a favorecer uma representação que contribua para o seu combate, com especial atenção àquelas que são mais frequentes. As medidas devem contribuir para que haja mudanças cognitivas, emocionais e de condutas.
- Favoreça a identificação com relação aos direitos humanos, estimulando o desenvolvimento da capacidade de se colocar no lugar do outro, assim como a compreensão dos direitos universalizáveis e a capacidade de compreensão das próprias decisões morais, coordenando os ditos direitos com o dever de respeitá-los.
- Desenvolva alternativas às formas violentas de se resolver os conflitos.

Em sua concepção, o programa foi pensado e elaborado com base no documento do MEC, Temas Contemporâneos Transversais na BNCC – Propostas de Práticas para a Implementação (BRASIL, 2019b), o qual aponta a necessidade da abordagem da contemporaneidade para a melhoria da qualidade da Educação e, conseqüentemente, da aprendizagem.

Os Temas Contemporâneos Transversais contextualizados através de atividades nas diferentes disciplinas podem despertar um maior interesse nos alunos, quanto à aprendizagem, por serem assuntos que permeiam a sua vida na sociedade, cooperando para a sua formação integral.

A metodologia do trabalho com os Temas Contemporâneos Transversais está baseada em quatro pilares, quais sejam: problematização da realidade e das situações de aprendizagem, superação da concepção fragmentada do conhecimento para uma visão sistêmica, integração das habilidades e competências curriculares à resolução de problemas e promoção de um

processo educativo continuado e do conhecimento como uma construção coletiva (BRASIL, 2019b, p. 08).

As atividades que elaboramos procuraram fazer o cruzamento entre as habilidades propostas para a Língua Portuguesa, na Base Nacional Comum Curricular, com os Temas Contemporâneos Transversais e a Educação em Valores, permitindo que os alunos assimilem os conteúdos da Língua Portuguesa, ao mesmo tempo que possam compreender a complexidade e a diversidade do mundo, proporcionando uma reflexão crítica sobre os temas que foram abordados de forma intradisciplinar, ou seja, houve o cruzamento entre o conteúdo, as habilidades e os Temas Contemporâneos Transversais.

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2018), os jovens que chegam ao Ensino Médio já têm condições de participar de práticas sociais, as quais envolvem as linguagens, pelo acúmulo de conhecimentos que receberam no Ensino Fundamental. Essa etapa do ensino vai aprofundar os conhecimentos de análise da linguagem e seu funcionamento, estimulando a perspectiva analítica e crítica da leitura, escrita, escuta e produção de textos verbais e multissemióticos.

O destaque fica por conta das culturas digitais, culturas juvenis e os novos letramentos e multiletramentos, através das mídias digitais e sociais, promovendo um desenvolvimento ético, com o intuito de minimizar os riscos que o acesso à internet possa causar a esse público.

A leitura do texto literário também fica no centro do processo de ensino-aprendizagem, enriquecendo a percepção e a visão de mundo dos estudantes. O documento propõe diferentes campos de atuação social com as habilidades organizadas neles, para a contextualização das práticas de linguagem no Ensino Médio. São eles:

- Campo da vida pessoal: ampliação do conhecimento sobre si, as condições que o cercam e as condições dos jovens, no Brasil.
- Campo artístico-literário: ampliação do contato e análise das manifestações culturais e artísticas.
- Campo das práticas de estudo e pesquisa: análise, síntese, reflexão, problematização e pesquisa.
- Campo jornalístico-midiático: compreensão de fatos e circunstâncias, impossibilidade de neutralidade e checagem da veracidade.
- Campo de atuação na vida pública: ampliação da participação na vida pública, defesa dos direitos e domínio de textos legais.

O objetivo desses campos de atuação social é fornecer ferramentas para a transformação social, através das práticas de letramento e dos novos multiletramentos. Desse modo, a forma como o documento foi estruturado abre a possibilidade para a inclusão da Educação em Valores, por meio da Língua Portuguesa.

Os diferentes campos de atuação social permitem que determinadas questões, como preconceito racial, desemprego, misoginia, homofobia, falta de saneamento básico, falta de moradia, falta de acesso à saúde, falta de acessibilidade, entre outras, sejam abordadas pelo professor, proporcionando o processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos da língua, ao mesmo tempo que abre a oportunidade de reflexão e posicionamento em face do tema tratado e possíveis propostas de solução para o mesmo.

Gêneros textuais diversos, como jornais, contos, poemas, crônicas e leis contemplam questões sensíveis da sociedade brasileira e estão disponíveis para que o professor selecione aqueles que melhor se adequem ao seu público e comunidade.

A Base Nacional Comum Curricular, nesse aspecto, fornece possibilidades de os professores de Língua Portuguesa cooperarem para uma formação democrática e cidadã dos jovens do Ensino Médio, com foco em certos valores, como ética, justiça, respeito, cooperação e solidariedade.

Na sequência, apresentamos as atividades formuladas.

3.1 Primeiro grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores

Quadro 1 – Descrição do primeiro grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores para o uso em sala de aula

TEMA	Moradores de rua
MACROÁREA DA BNCC	Cidadania e civismo
TEMÁTICAS DE ABRANGÊNCIA	Vida Familiar e Social, Educação em Direitos Humanos
TEMA CONTEMPORÂNEO TRANSVERSAL	Moradores de rua - Refletir sobre a situação das populações que vivem nas ruas, o estado de exclusão social e a relação com os direitos básicos de alimentação, moradia, educação, dentre outros. Analisar as causas desse quadro e sua associação com a desigualdade, no Brasil.
LÍNGUA PORTUGUESA BNCC (BRASIL, 2018, p. 505)	(EM13LP25) Relacionar textos e documentos legais e normativos de âmbito universal, nacional, local ou escolar

HABILIDADES DO CURRÍCULO DE LÍNGUA PORTUGUESA – ENSINO MÉDIO CAMPOS DE ATUAÇÃO NA VIDA PÚBLICA (BRASIL, 2018, p. 505) HABILIDADES	que envolvam a definição de direitos e deveres – em especial, os voltados a adolescentes e jovens– aos seus contextos de produção, identificando ou inferindo possíveis motivações e finalidades, como forma de ampliar a compreensão desses direitos e deveres. (EM13LP26) Engajar-se na busca de solução de problemas que envolvam a coletividade, denunciando o desrespeito a direitos, organizando e/ou participando de discussões, campanhas e debates, produzindo textos reivindicatórios, normativos, dentre outras possibilidades, como forma de fomentar os princípios democráticos e uma atuação pautada pela ética da responsabilidade.
COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1 (BRASIL, 2018, p. 483)	Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.
EIXOS DA EDUCAÇÃO EM VALORES (SERRANO, 2002)	-Distinguir os valores constantes em temas sociais injustos. -Desenvolver diferentes pontos de vista para a interpretação de temas polêmicos e explicitação dos valores implicados. -Analisar os valores presentes nos temas polêmicos. -Utilizar argumentos em defesa de soluções justas e solidárias
METODOLOGIA	-A atividade será desenvolvida em pequenos grupos de 3 a 4 alunos, para a leitura e a discussão dos textos. Posteriormente a isso, cada grupo elegerá um orador para apresentar a posição do grupo frente ao tema em questão. -A segunda etapa da atividade consiste na produção de um power point com conteúdo que vá ao encontro do ponto de vista de cada grupo fazendo uso de imagens, vídeos e músicas retiradas da internet.

	-Por fim, o grupo produzirá um artigo de opinião coletivo onde o orador irá apresentar para a classe defendendo o seu ponto de vista sobre o tema apresentado.
--	--

Fonte: Elaborado pela autora

ATIVIDADE 1

Figura 3 – Atividade 1 do primeiro grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores para o uso em sala de aula

Observe a imagem atentamente e responda:



Fonte: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/campings-moradores-de-rua-sao-paulo/>

Que lugar você acha que é esse?

Esse problema só acontece no Brasil?

Quais outros países enfrentam essa mesma realidade?

O que gera esse tipo de situação?

O que poderia ser feito?

O que o Brasil tem feito com relação a isso?

Como está essa situação, depois do Coronavírus?

Fonte: Elaborado pela autora

ATIVIDADE 2

Figura 4 – Atividade 2 do primeiro grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores para o uso em sala de aula

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Título II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Capítulo II

Dos Direitos Sociais

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Disponível em:

http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_17.03.2015/art_6_.asp

Tais direitos, presentes em nossa Constituição, são respeitados no Brasil?

Se sim, como?

Se não, quais que especialmente não são respeitados?

Citem exemplos que você conhece ou pesquise matérias em jornais ou revistas e/ou internet que demonstrem quais direitos não são respeitados. Montem um power point na sala de informática com exemplos de fotos, matérias, desenhos, os quais evidenciem que esses direitos não são respeitados...

Fonte: Elaborado pela autora

ATIVIDADE 3

Figura 5 – Atividade 3 do primeiro grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores para o uso em sala de aula

Desde o estabelecimento das Nações Unidas, em 1945 – em meio ao forte lembrete sobre os horrores da Segunda Guerra Mundial –, um de seus objetivos fundamentais tem sido promover e encorajar o respeito aos direitos humanos para todos, conforme estipulado na Carta das Nações Unidas:

“Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla, ... a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações...”

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento-marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral, como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos.

Artigo 1

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>

Após a leitura do primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, responda às questões abaixo:

A dignidade de que trata essa lei é respeitada, no Brasil?

Por que essa situação acontece?

O que poderia ser feito, para revertermos essa situação?

ATIVIDADE 4

Figura 6 – Atividade 4 do primeiro grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores para o uso em sala de aula

O bicho

Manuel Bandeira

Vi ontem um bicho

Na imundície do pátio

Catando comida entre os detritos.

Quando achava alguma coisa,

Não examinava nem cheirava:

Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,

Não era um gato,

Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.

Estudando diferentes gêneros textuais

- 1) Quantos versos tem esse poema? Quantas estrofes ele possui? Há rima entre os versos?
- 2) Esse texto foi escrito em 1947, a situação no Brasil está no mesmo patamar? Melhorou ou piorou?
- 3) Sem consultar o dicionário você consegue definir o significado de “voracidade”?
- 4) Qual sentimento o autor demonstra ao chamar por Deus?
- 5) Por que alguns seres humanos vivem como “bicho” no Brasil?
- 6) Você teria alguma solução para reverter essa situação? Qual?
- 7) Os moradores de rua são ignorados pelas pessoas como se fossem invisíveis. O que você pensa desse tipo de atitude?
- 8) Esse tipo de situação também acontece na sua cidade? O que é feito?
- 9) Produza em grupo um artigo de opinião que defenda uma possível solução para erradicarmos essa situação no Brasil.

3.2 Segundo grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores

Quadro 2 – Descrição do segundo grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores para o uso em sala de aula

TEMA	Profissões invisíveis
MACROÁREA DA BNCC	Cidadania e Civismo
TEMÁTICA DE ABRANGÊNCIA:	Vida Familiar e Social e Educação em Direitos Humanos
TEMA CONTEMPORÂNEO TRANSVERSAL:	Profissões Invisíveis – Refletir sobre o preconceito que determinadas profissões sofrem, no Brasil, impedindo o reconhecimento e a valorização do trabalho desempenhado por esses profissionais e a sua importância para a vida em sociedade. Analisar as causas que dão origem a esse preconceito arraigado e suas consequências para a perpetuação desse tipo de comportamento.
LÍNGUA PORTUGUESA BNCC (BRASIL, 2018, p. 512) CAMPO DE ATUAÇÃO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO HABILIDADES	(EM13LP41) Acompanhar, analisar e discutir a cobertura da mídia diante de acontecimentos e questões de relevância social, local e global, comparando diferentes enfoques e perspectivas, por meio do uso de ferramentas de curadoria de informação (como agregadores de conteúdo) e da consulta a serviços e fontes de checagem e curadoria de informação, de forma a aprofundar o entendimento sobre um determinado fato ou questão, identificar o enfoque preponderante da mídia e manter-se implicado, de forma crítica, com os fatos e as questões que afetam a coletividade. (EM13LP44) Analisar, discutir, produzir e socializar, tendo em vista temas e acontecimentos de interesse local ou global, notícias, fotodenúncias, fotorreportagens, reportagens multimidiáticas, documentários, infográficos, podcasts noticiosos, artigos de opinião, críticas da mídia, vlogs de opinião, textos de apresentação e apreciação de produções culturais (resenhas, ensaios etc.) e outros gêneros próprios das formas de expressão das culturas

	juvenis (<i>vlogs</i> e <i>podcasts</i> culturais, <i>gameplay</i> etc.), em várias mídias, vivenciando de forma significativa o papel de repórter, analista, crítico, editorialista ou articulista, leitor, vlogueiro e <i>booktuber</i> , entre outros.
COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 2 (BRASIL, 2018, p. 484)	Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitar as diversidades, a pluralidade de ideias e posições e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza.
EIXOS DA EDUCAÇÃO EM VALORES (SERRANO, 2002)	-Tomar conhecimento de problemas éticos fundamentais no Brasil. -Construir habilidades para solucionar problemas éticos. -Assumir uma posição crítica frente ao problema apresentado.
METODOLOGIA	A atividade será desenvolvida em pequenos grupos de 3 a 4 alunos, para a leitura e a discussão dos textos. Posteriormente a isso, cada grupo elegerá um orador para apresentar a posição do grupo frente ao tema em questão. A segunda etapa da atividade consiste na produção de um power point com conteúdo que vá ao encontro do ponto de vista de cada grupo fazendo uso de imagens, vídeos e músicas retiradas da internet. Por fim, o grupo produzirá um artigo de opinião coletivo onde o orador irá apresentar para a classe defendendo o seu ponto de vista sobre o tema apresentado.

Fonte: Elaborado pela autora

ATIVIDADE 1

Figura 7 – Atividade 1 do segundo grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores

Na sociedade, nós nos deparamos com diferentes gêneros textuais, utilizados para a comunicação. Hoje, nossa aula será sobre Crônica. Leia atentamente a definição abaixo.

Crônica é o tipo de texto que aborda acontecimentos do dia a dia, de uma forma diferenciada. Muito encontrada nos meios de comunicação, como revistas, jornais e rádios, tem como objetivo fazer uma análise crítica das situações cotidianas, possibilitando ao leitor uma reflexão sobre aquele assunto.

A palavra deriva do latim *chronica*, que significa narrativa cronológica. A primeira crônica data de 1799 e foi publicada no *Jornal des Débats*, em Paris. No Brasil, ela passou a ser conhecida na metade do século XIX e era publicada em folhetins.

Características

Por tratar de assuntos cotidianos e factuais, a crônica tem “vida curta”. O assunto em pauta hoje não será o mesmo de amanhã, aspecto similar ao jornalismo, visto que ambos buscam inspiração nos acontecimentos do dia a dia. Com uma linguagem simples, a crônica relata de maneira diferenciada as ocorrências, quer de forma artística, quer em tom crítico ou com humor. Veja as principais características dessa vertente dos gêneros textuais:

- É escrita em textos curtos;
- Possui linguagem despojada e simples;
- Narra situações do cotidiano;
- Visa a prender a atenção do leitor.

Tipos de crônica

Apesar de ter sempre em comum o tom crítico, com a intenção de causar uma reflexão no leitor sobre o assunto abordado, a crônica pode ser classificada em: descritiva, narrativa, dissertativa, narrativo-descritiva, humorística, lírica, jornalística e histórica.

Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/lingua-portuguesa/cronica>

Fonte: Elaborado pela autora

ATIVIDADE 2

Figura 8 – Atividade 2 do segundo grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores

Agora que você já sabe o que é uma crônica, faça a leitura do texto e responda às perguntas:

O Padeiro

Levanto cedo, faço minhas abluções, ponho a chaleira no fogo para fazer café e abro a porta do apartamento — mas não encontro o pão costureiro. No mesmo instante me lembro de ter lido alguma coisa nos jornais da véspera sobre a "greve do pão dormido". De resto não é bem uma greve, é um *lock-out*, greve dos patrões, que suspenderam o trabalho noturno; acham que obrigando o povo a tomar seu café da manhã com pão dormido conseguirão não sei bem o quê do governo.

Está bem. Tomo o meu café com pão dormido, que não é tão ruim assim. E enquanto tomo café vou me lembrando de um homem modesto que conheci antigamente. Quando vinha deixar o pão à porta do apartamento ele apertava a campainha, mas, para não incomodar os moradores, avisava gritando:

— Não é ninguém, é o padeiro!

Interroguei-o uma vez: como tivera a ideia de gritar aquilo?

"Então você não é ninguém?"

Ele abriu um sorriso largo. Explicou que aprendera aquilo de ouvido. Muitas vezes lhe acontecera bater a campainha de uma casa e ser atendido por uma empregada ou outra pessoa qualquer, e ouvir uma voz que vinha lá de dentro perguntando quem era; e ouvir a pessoa que o atendera dizer para dentro: "não é ninguém, não senhora, é o padeiro". Assim ficara sabendo que não era ninguém...

Ele me contou isso sem mágoa nenhuma, e se despediu ainda sorrindo. Eu não quis detê-lo para explicar que estava falando com um colega, ainda que menos importante. Naquele tempo eu também, como os padeiros, fazia o trabalho noturno. Era pela madrugada que deixava a redação de jornal, quase sempre depois de uma passagem pela oficina - e muitas vezes saía já levando na mão um dos primeiros exemplares rodados, o jornal ainda quentinho da máquina, como pão saído do forno.

Ah, eu era rapaz, eu era rapaz naquele tempo! E às vezes me julgava importante porque no jornal que levava para casa, além de reportagens ou notas que eu escrevera sem assinar, ia uma crônica ou artigo com o meu nome. O jornal e o pão estariam bem cedinho na porta de cada lar; e dentro do meu coração eu recebi a lição de humildade daquele homem entre todos útil e entre todos alegre; "não é ninguém, é o padeiro!"

E assobiava pelas escadas.

Rubem Braga

Disponível em: https://www.pensador.com/cronicas_de_rubem_braga/

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

LEXICOGRAFIA E VOCABULÁRIO

Lockout/'lakawt/:

substantivo masculino

Fechamento de uma fábrica, usina ou estabelecimento pela direção, constringendo os empregados a uma baixa de salário, até que aceitem as propostas ou condições de trabalho apresentadas  f.aport.: *LOCAUTE*.

Ablução:

substantivo feminino

Lavagem do corpo ou de parte dele.

Fonte: Elaborado pela autora

ATIVIDADE 3

Figura 9 – Atividade 3 do segundo grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores

Responda às perguntas abaixo:

Qual é o tipo de crônica que vocês acabaram de ler?

Qual é o foco narrativo da crônica?

Quem são os personagens que participam da história?

Qual foi a lição de humildade que o autor do texto recebeu?

Você sabe o que é humildade? Você é uma pessoa humilde?

Profissões invisíveis: como é não ser enxergado pela sociedade?

Apesar de desempenharem funções essenciais, trabalhadores como garis e sepultadores são quase sempre ignorados ou até mesmo humilhados.

Por Caio Lencioni

Você já se perguntou qual a sensação de se sentir invisível? Para profissionais de diversas áreas, essa sensação se faz presente o tempo quase todo. Mesmo desempenhando funções essenciais, como varrer as ruas, sepultar pessoas ou coletar materiais recicláveis, muitos trabalhadores são simplesmente ignorados pela maioria das pessoas. Ou até mesmo humilhados.

Os catadores, por exemplo, são responsáveis por quase 90% do lixo reciclado no Brasil, segundo o Ipea. Mas poucas pessoas lembram desse tipo de informação quando se fala nesses trabalhadores.

Da mesma forma, imagine por um momento o caos que ficaria a cidade sem os serviços prestados por garis, faxineiros, sepultadores, porteiros e tantos outros profissionais que parecem invisíveis para muitos.

O tema da invisibilidade de certos profissionais inspirou até uma tese de doutorado em Psicologia Social. Durante dez anos, o pesquisador Fernando Braga da Costa se vestiu de gari ao menos uma vez por semana para vivenciar o dia a dia da profissão e conversar com quem depende dela para sobreviver. E entre as muitas constatações que fez está a de que, apenas por colocar a roupa de gari, ele se tornava quase automaticamente invisível. Muitos colegas e professores que conviviam com ele na Universidade de São Paulo (USP), ao verem-no vestido de gari varrendo as ruas da própria universidade já não o reconheciam.

“Essa invisibilidade é uma expressão construída historicamente a partir de dois fenômenos psicossociais: a humilhação social e a reificação (transformação em coisa)”, aponta Costa.

Elizângela Gomes, de 38 anos, trabalha como gari há 7 anos. Filha de pedreiro e empregada doméstica, ela relata que já vivenciou episódios de humilhação no trabalho, mas

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

diz não se importar. “Tem gente que passa por nós e cospe, mas eu não ligo para isso. Se eu for debater é capaz que eu me torne alguém pior que essas pessoas”.

Outro episódio que Elizangela relata aconteceu com uma amiga, que também exerce a profissão de gari. “Ela pediu um copo de água para a pessoa. Essa pessoa deu o copo de água, mas disse para ela jogar o copo fora”.

De acordo com Costa, essas humilhações e exclusões, sofridas em sua maioria por pessoas de baixa renda, trazem consequências. “Essas consequências fabricam sintomas e agem nocivamente sobre essas pessoas. Isso molda a subjetividade delas”.

Por conta de humilhações, Elizangela conta que uma colega de trabalho tem vergonha de dizer que trabalha de gari. “Ela chega em casa, lava o uniforme e esconde. Quando perguntam sobre o trabalho dela, ela diz que trabalha em um escritório”.

A gari acha estranho que em pleno século 21 algumas pessoas gostem de humilhar. “Só porque a outra pessoa está num patamar acima? Acho que pessoas com esse pensamento têm a mente muito pequena”.

Por mais que esses episódios sejam frequentes, ela diz que existe o lado bom da profissão. “A gente faz amizade com muitas pessoas. Algumas delas dão café e tratam você super bem, sabe? De igual para igual mesmo”.

De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (CAGED), disponibilizados no site salario.com.br, a média salarial do trabalho de gari no Brasil, que tem uma jornada de trabalho de 44 horas semanais, é de R\$ 1.117,54.

Mãe de dois filhos, uma garota de 19 anos e um menino de 13, Elizangela diz que gostaria de ter um outro emprego, mas que a prioridade no momento são os filhos. “Queria fazer um curso de enfermagem, mas agora com filhos e contas para pagar, é muita coisa, aí fica difícil”.

Já Francivaldo Almeida Gomes conseguiu mudar de emprego em 2002. Mesmo com a mudança, o local de trabalho da antiga profissão foi mantido. “Trabalho no Cemitério da Consolação desde 2000”, diz o guia do local.

Antes de se tornar guia do famoso Cemitério da Consolação, “Popó”, como é conhecido no cemitério, foi sepultador. “Foi muito difícil quando comecei a trabalhar como sepultador. Passei uns 20 dias sem fazer uma alimentação adequada”, conta.

O guia explica que essa dificuldade para comer se devia a uma dificuldade inicial em lidar com tantas pessoas que haviam perdido familiares e amigos. A comoção era tanta que um novo desafio estava presente na sua vida: “lidar com mortos e não mais com vivos”.

O CAGED aponta que a média salarial do trabalho de sepultador é de R\$ 1.247,77, com uma jornada de trabalho de 43 horas semanais.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Além do sofrimento que Francivaldo absorveu nos primeiros dias como sepultador, ele também vivenciou o preconceito contra a profissão. Um dos episódios que o marcaram foi o dia em que levou uma sobrinha ao trabalho dela.

“Quando a chefe da minha sobrinha perguntou sobre a minha profissão, o tratamento comigo mudou da água para o vinho. Até o momento que ela não sabia que eu era sepultador, eu tinha tido uma ótima recepção”.

Popó completa que, ainda nessa situação, percebeu que a chefe de sua sobrinha pediu para um dos empregados continuar conversando com ele, enquanto ela se direcionou para o quarto.

Mesmo com essas experiências, Francivaldo diz que há uma importância na profissão de sepultador. “Mesmo com a rejeição, essa mulher que me destratou precisará do trabalho de um sepultador. É uma profissão que é importante e está na sociedade”.

Assim como a amiga de Elizangela, que dizia que não trabalhava de gari ao perguntarem sobre sua profissão, o atual guia do cemitério tinha uma atitude semelhante. “Quando comecei a perceber o preconceito, eu dizia que trabalhava na prefeitura”.

Atualmente, Popó diz que “estuda a morte para melhor compreender a vida”. E tenta passar a experiência adquirida nestes anos através das visitas monitoradas, que realiza desde 2002, ano em que Délio Freire dos Santos, antigo guia do cemitério, morreu.

“Ele foi o precursor das visitas monitoradas em cemitérios. Tive a oportunidade de andar pelo cemitério com ele algumas vezes. Nessas andanças, ele me ensinava sobre a história das personalidades que aqui estão enterradas”.

A partir dessas caminhadas, Francivaldo diz que começou a se tornar referência para pessoas interessadas nas informações e histórias de quem está enterrado ali. “Esse foi o começo para eu amar a história de São Paulo e me aproximar da história de pessoas que têm seus nomes em livros, revistas e logradouros”.

Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/profissoes-invisiveis-como-e-nao-ser-enxergado-pela-sociedade/>

Fonte: Elaborado pela autora

ATIVIDADE 4

Figura 10 – Atividade 4 do segundo grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores

Você encontra alguma semelhança entre a crônica “O Padeiro” e a notícia “Profissões Invisíveis”?

Quais são as profissões invisíveis apresentadas na notícia? Você acrescentaria mais alguma?

Qual é o efeito que causam essas humilhações e indiferenças sofridas por esses profissionais?

E você, como você enxerga esses profissionais?

Qual é o tratamento que você dispensa a eles?

Produza um artigo de opinião com base nos textos apresentados defendendo o ponto de vista do grupo de como acabar com o preconceito das profissões apresentadas.

Fonte: Elaborado pela autora

ATIVIDADE 5

Figura 11 – Atividade 5 do segundo grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores

Assista ao vídeo abaixo e reflita
<https://youtu.be/WLVXIJJwrzI>:
 O que podemos fazer para transformar a vida desses profissionais, no dia a dia?
 Na sala de informática construa um power point com o seu grupo, contendo palavras e imagens que possam transformar a vida desses profissionais. Escolha um relator para apresentar para a classe as reflexões do grupo.

Fonte: Elaborado pela autora

3.3 Terceiro grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores

Quadro 3 – Descrição do terceiro grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores para o uso em sala de aula

TEMA	Coronavírus: vidas x economia
MACROÁREA DA BNCC	Cidadania e Civismo
TEMÁTICA DE ABRANGÊNCIA	Vida Familiar e Social e Educação em Direitos Humanos
TEMA CONTEMPORÂNEO TRANSVERSAL	Coronavírus: vidas x economia Refletir sobre a importância do direito universal à vida, em contraposição aos interesses econômicos;

	Refletir sobre o papel do Estado na garantia de direitos básicos, em tempos de pandemia, para que sejam asseguradas condições de sobrevivência justas e digna; Analisar quais seriam as melhores diretrizes a serem tomadas, para a garantia na preservação da vida das pessoas.
LÍNGUA PORTUGUESA BNCC (BRASIL, 2018, p. 484) COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 2	Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitar as diversidades, a pluralidade de ideias e posições e atuar, socialmente, com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza.
HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA BNCC (BRASIL, 2018 p. 499) TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO SOCIAL	(EM13LP07) Analisar, em textos de diferentes gêneros, marcas que expressam a posição do enunciador frente àquilo que é dito: uso de diferentes modalidades (epistêmica, deôntica e apreciativa) e de diferentes recursos gramaticais que operam como modalizadores (verbos modais, tempos e modos verbais, expressões modais, adjetivos, locuções ou orações adjetivas, advérbios, locuções ou orações adverbiais, entonação etc.), uso de estratégias de impessoalização (uso de terceira pessoa e de voz passiva etc.), com vistas ao incremento da compreensão e da criticidade e ao manejo adequado desses elementos nos textos produzidos, considerando os contextos de produção. (EM13LP12) Analisar efeitos de sentido decorrentes de escolhas e formatação das imagens (enquadramento, ângulo/vetor, cor, brilho, contraste) e de sua sequenciação (disposição e transição, movimentos de câmera, <i>remix</i>), das performances (movimentos do corpo, gestos, ocupação do espaço cênico), dos elementos sonoros (entonação, trilha sonora, sampleamento etc.) e das relações desses elementos com o verbal, levando em conta esses efeitos nas produções de imagens e vídeos, para ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de apreciação.
EIXOS DA EDUCAÇÃO EM VALORES (SERRANO, 2002)	Tomar conhecimentos dos problemas graves da pandemia no Brasil e de suas implicações éticas.

	. Desenvolver valores e atitudes éticas para a solução do problema abordado. Colocar em prática os valores abordados, agindo com responsabilidade individual para o bem coletivo adquirindo as práticas de biossegurança para a saúde de todos.
METODOLOGIA	-A atividade será desenvolvida em pequenos grupos de 3 a 4 alunos, para a leitura e a discussão dos textos. Posteriormente a isso, cada grupo elegerá um orador para apresentar a posição do grupo frente ao tema em questão. -A segunda etapa da atividade consiste na produção de um cartaz com imagens (revistas e jornais) que vão ao encontro do ponto de vista de cada grupo; -Por fim, o grupo produzirá um artigo de opinião coletivo, defendendo o seu ponto de vista sobre o tema apresentado.

Fonte: Elaborado pela autora

ATIVIDADE 1

Figura 12 – Atividade 1 do terceiro grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores

Texto 1: Coronavírus: Empresários minimizam pandemia e são criticados na internet.

Dono do Madero, Junior Durski, tem sido alvo de críticas. Alexandre Guerra, do Girafas, Luciano Hang, da Havan, e Roberto Justus também foram criticados.

Diante da **pandemia** do novo **coronavírus**, alguns **empresários** têm dado declarações, demonstrando preocupação com os **efeitos econômicos** da crise desencadeada pelo surgimento da **Covid-19**. Ao fazerem isso, porém, parte deles tem minimizado as perdas humanas provocadas pela doença, o que levou usuários das redes sociais a criticarem as falas.

A declaração de maior repercussão no momento é de **Junior Durski**, das hamburguerias **Madero** e **Jeronimo**. Em um vídeo publicado no Instagram, ele diz ser "totalmente contrário a esse *lockdown* que nós estamos tendo no Brasil".

"O Brasil não pode parar dessa maneira, o Brasil não aguenta, tem que ter trabalho, as pessoas têm que produzir, têm que trabalhar. O Brasil não tem essa condição de ficar parado assim. As consequências que nós vamos ter economicamente no futuro são muito maiores do que as pessoas que vão morrer agora com o coronavírus", disse Durski. "Nós não podemos, por conta de **5 mil pessoas, 7 mil pessoas** que vão morrer, eu sei que é muito grave, eu sei que isso é um problema, mas muito mais grave é o que já acontece no Brasil", acrescentou o empresário, referindo-se aos homicídios e às mortes por desnutrição.

Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/03/24/interna-brasil,836326/coronavirus-empresarios-minimizam-pandemia-e-sao-criticados-internet.shtml>

Texto 2: OMS reitera importância do isolamento para combater coronavírus

A última coisa que um país precisa é abrir escolas e empresas e ser forçado a fechá-las novamente por causa de um ressurgimento do surto.

A Organização Mundial da Saúde reforçou, nesta quarta-feira (25), a importância das medidas de isolamento social.

O diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, disse que pedir para as pessoas ficarem em casa está fazendo efeito. "Interromper o movimento da população faz ganhar tempo e reduzir a pressão nos sistemas de saúde", disse.

O chefe da OMS, no entanto, ressaltou que medidas de isolamento sozinhas não vão acabar com a pandemia. Ele pediu aos governos que introduziram esse tipo de recurso que usem o tempo para atacar o vírus.

Para isso, sugeriu algumas ações. Entre elas, aumentar a quantidade de profissionais de saúde e treiná-los, aumentar a produção e a disponibilidade de testes, identificar todos os casos suspeitos, isolar infectados e quem teve contato com eles.

“A última coisa que um país precisa é abrir escolas e empresas, e ser forçado a fechá-las novamente por causa de um ressurgimento do surto”, afirmou Tedros Adhanom.

Questionada sobre as recentes declarações do presidente Jair Bolsonaro, a OMS não quis falar diretamente sobre o Brasil. O chefe de Serviços de Emergência, Michael Ryan, respondeu: “Eu acho que já falamos sobre questões como essa antes. Nós confiamos que todos os governos vão tomar as ações apropriadas. Nós também entendemos a situação terrível que os países enfrentam para proteger as economias e os sistemas sociais. Mas temos que focar primeiro em parar essa doença e em salvar vidas”.

Depois, o diretor-geral completou: “Temos que ter todos os setores importantes trabalhando juntos para controlar essa pandemia – e não falo só dos governos. Precisamos do esforço da comunidade. Esse vírus é muito perigoso, já estamos dizendo há meses. Esse vírus é o inimigo público número um. Temos dito que a janela de oportunidade está diminuindo. É uma responsabilidade de todos, especialmente a liderança política é chave”, afirmou Tedros Adhanom.

Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/25/oms-reitera-importancia-do-isolamento-para-combater-coronavirus.ghtml>

Vocabulário e Lexicografia

Antes de iniciarmos a leitura, faz-se necessária a identificação de alguns termos desconhecidos nos textos. Cada grupo receberá um dicionário para colocar os significados das palavras abaixo:

Pandemia:

Minimizar:

Lockdown: Há dois tipos de *lockdowns* econômicos: vertical e horizontal. O *lockdown* horizontal, adotado em várias cidades do Brasil e do mundo, mantém empresas fechadas (exceto serviços essenciais, como farmácias e mercados) e população isolada em suas casas. O *lockdown* vertical consiste em manter empresas abertas e isolar o grupo de risco (no caso do coronavírus, manter em quarentena idosos e pessoas com problemas de saúde crônicos).

Fonte: Elaborado pela autora

ATIVIDADE 2

Figura 13 – Atividade 2 do terceiro grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores

Contextualizando

Na sala de informática produza um power point com imagens que retratem os assuntos abordados nos dois textos com o seu grupo. Capriche no seu trabalho e eleja um relator para apresentar para a classe o resultado da sua arte.

- A que gênero textual pertencem os dois textos?
- Quais são as manchetes do texto 1 e do texto 2?
- De onde esses textos foram retirados?
- Os assuntos abordados nos dois textos são:
() complementares () divergentes () semelhantes
- Agora é a hora de vocês se posicionarem: O que é mais importante: a vida ou a economia?
- Se você fosse um microempresário ou empresário de uma grande empresa, o que você privilegiaria, a vida ou os lucros? Quem está certo, o empresário ou a Organização Mundial da Saúde?
- Se você fosse o Presidente da República, o que faria para resolver essa crise?
- Escreva um artigo de opinião coletivo com seus colegas de grupo, defendendo o seu ponto de vista sobre o que é mais importante: a vida ou a economia? Eleja um relator para apresentá-lo para a classe.

Bom trabalho!

Fonte: Elaborado pela autora

3.4 Quarto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores

Quadro 4 – Descrição do quarto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores para o uso em sala de aula

TEMA	Violência contra a mulher/ Feminicídio
MACROÁREA DA BNCC	Cidadania e civismo
TEMÁTICA DE ABRANGÊNCIA	Vida Familiar e Social e Educação em Direitos Humanos
TEMA CONTEMPORÂNEO TRANSVERSAL	Violência contra a mulher Refletir sobre o aumento de casos de violência e morte de mulheres no Brasil; Refletir sobre as causas do feminicídio e o papel da Justiça na garantia e proteção das mulheres; Analisar possibilidades de enfrentamento dessa realidade por meio de programas educativos que promovam a discussão, reflexão e propostas de soluções.

LÍNGUA PORTUGUESA BNCC (BRASIL, 2018, p. 483) COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1	Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, a fim de ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.
HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA BNCC (BRASIL, 2018, p. 498) TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO SOCIAL HABILIDADES	(EM13LP01) Relacionar o texto, tanto na produção como na recepção, com suas condições de produção e seu contexto sócio-histórico de circulação (leitor previsto, objetivos, pontos de vista e perspectivas, papel social do autor, época, gênero do discurso etc.). (EM13LP05) Analisar, em textos argumentativos, os posicionamentos assumidos, os movimentos argumentativos e os argumentos utilizados para sustentá-los, para avaliar sua força e eficácia, e posicionar-se diante da questão discutida e/ou dos argumentos utilizados, recorrendo aos mecanismos linguísticos necessários.
EIXOS DA EDUCAÇÃO EM VALORES (SERRANO, 2002)	Tomar conhecimento do problema do feminicídio no Brasil: suas causas, consequências e aspectos éticos e humanitários envolvidos. Construir os valores, as normas e as atitudes que deem uma resposta construtiva e facilitadora de convivência aos problemas levantados Desenvolver valores justos e atitudes éticas para a solução do problema abordado. Aderir aos valores de justiça, empatia e solidariedade como práticas para a solução do problema apresentado. Entrar em contato e refletir sobre temas polêmicos como apoio para o desenvolvimento de valores necessários para uma convivência pacífica e respeitosa.
METODOLOGIA	A atividade será desenvolvida em pequenos grupos de 3 a 4 alunos, para a leitura e a discussão dos textos. Posteriormente a isso, cada grupo elegerá um orador para apresentar a posição do grupo frente ao tema em questão. A segunda etapa da atividade consiste na produção de um cartaz com imagens (revistas e jornais) que vão ao encontro do ponto de vista de cada grupo. Por fim, o grupo produzirá um artigo de opinião coletivo, defendendo o seu ponto de vista sobre o tema apresentado.

Fonte: Elaborado pela autora

ATIVIDADE 1

Figura 14 – Atividade 1 do quarto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores

Texto 1: VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Banco Mundial alerta para alta da violência de gênero na pandemia no Brasil.

Aumenta a violência contra a mulher em tempos de pandemia.

Um estudo recente do Banco Mundial chama a atenção para o aumento da violência contra a mulher no Brasil durante a pandemia de Covid-19. O documento também tem o objetivo de ajudar os governos municipais, estaduais e federal a adotarem respostas mais adequadas de curto, médio e longo prazos. As informações são da "ONU News". Em março e abril de 2020, os dois primeiros meses de medidas de confinamento, os casos de feminicídio aumentaram 22% em comparação com o mesmo período do ano passado. Além disso, o Ligue 180, a linha nacional de atendimento à violência contra a mulher, teve 27% de aumento nas denúncias.

O relatório "Combate à Violência contra a Mulher no Brasil em época de Covid-19" usa informações coletadas em 12 estados e analisadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública a pedido do Banco Mundial. Em todos os estados incluídos na análise, houve redução no número de denúncias de violência doméstica apresentadas nas delegacias de polícia. E, também, no número de medidas protetivas solicitadas por vítimas de violência doméstica. A especialista em desenvolvimento social e prevenção da violência Flavia Carbonari do Banco Mundial, ressalta que, durante a quarentena, pode haver ainda mais casos não registrados. Mobilidade reduzida "Lições de epidemias passadas e as novas evidências dos impactos da Covid-19 sugerem um aumento de riscos de violência contra a mulher, principalmente quando já existe um contexto de desigualdade e violência. É possível que haja uma maior subnotificação desses casos porque muitas vezes a mulher está confinada em casa na presença do agressor com mobilidade reduzida e pouca possibilidade de buscar serviços formais de atendimento". No Brasil, 65% dos profissionais de saúde são mulheres. O documento do Banco Mundial também analisa os riscos de violência sofridos por elas no trabalho, em espaços públicos e em casa.

Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/09/19/banco-mundial-avalia-aumento-da-violencia-de-genero-durante-covid-no-brasil.htm>

Atividade 1

- a) Leia o Texto 1: “Violência contra mulheres” e encontre a fonte onde ele foi publicado.
- b) De quanto foi o aumento do feminicídio em março e abril de 2020 em comparação ao mesmo período de 2019?
- c) Para que serve o Ligue 180?
- d) Quantos estados foram analisados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública?
- e) Você já presenciou algum caso de violência contra uma mulher?
- f) Por que houve mudança nos índices de violência contra as mulheres no período da pandemia?
- g) O que foi feito para reverter esse aumento da violência?
- h) O que você acha do ditado “Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”?

Fonte: Elaborado pela autora

ATIVIDADE 2

Figura 15 – Atividade 2 do quarto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores

Texto 2:

**Presidência da República
Secretaria-Geral
Subchefia para Assuntos Jurídicos
LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006**

Vigência
(Vide ADI nº 4424)

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.

Art. 4º Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Atividade 2

- a) Que tipo de texto é o número 2:
() literário () jornalístico () técnico () jurídico
- b) De onde esse texto foi retirado?
- c) Para que essa lei foi sancionada?
- d) Você conhece o nome popular dessa lei?
- e) Por que foi necessária a elaboração desse tipo de lei? Façam uma pesquisa de como, quando e porquê essa lei foi elaborada.
- f) Você acha que essa lei ameniza a violência contra as mulheres? Por quê?
- g) Produza juntamente com o seu grupo um power point na sala de informática com imagens de revistas ou jornais com o título: Violência contra mulheres: triste realidade brasileira.

Fonte: Elaborado pela autora

ATIVIDADE 3

Figura 16 – Atividade 3 do quarto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores

Texto 3:

TIPOS DE VIOLÊNCIA

Estão previstos cinco tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher na Lei Maria da Penha: **física, psicológica, moral, sexual e patrimonial** – Capítulo II, art. 7º, incisos I, II, III, IV e V.

Essas formas de agressão são complexas, perversas, não ocorrem isoladas umas das outras e têm graves consequências para a mulher. Qualquer uma delas constitui ato de violação dos direitos humanos e deve ser denunciada.

VIOLÊNCIA FÍSICA

Entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher.

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

É considerada qualquer conduta que: cause dano emocional e diminuição da autoestima; prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher; ou vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões.

VIOLÊNCIA SEXUAL

Trata-se de qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força.

VIOLÊNCIA PATRIMONIAL

Entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

VIOLÊNCIA MORAL

É considerada qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>

Atividade 3

No texto 3 são apresentados cinco tipos de violências praticadas contra as mulheres, de acordo com a Lei Maria da Penha. Leia com cuidado cada uma delas para responder as questões abaixo:

a) Você já presenciou alguns desses tipos de violência praticados contra as mulheres?

Qual ou quais?

b) Na sua opinião, quem são os principais agressores das mulheres?

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

- c) Por que algumas mulheres não registram as queixas de seus agressores para a polícia?
- d) Você teria alguma solução para reduzir os casos de violência contra as mulheres?
- e) Produza um artigo de opinião com base nos três textos apresentados defendendo o ponto de vista do seu grupo para acabar ou amenizar os casos de violência contra as mulheres. Não se esqueça de colocar um título no texto bem como o nome dos participantes. Bom trabalho!

Fonte: Elaborado pela autora

3.5 Quinto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores

Quadro 5 – Descrição do quinto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores para o uso em sala de aula

TEMA	Direitos e responsabilidades na pandemia
MACROÁREA DA BNCC	Cidadania e civismo
TEMÁTICA DE ABRANGÊNCIA	Vida Familiar e Social e Educação em Direitos Humanos
TEMA CONTEMPORÂNEO TRANSVERSAL	Refletir sobre a pandemia mundial que estamos vivendo e as respectivas responsabilidades individuais e coletivas; Analisar o papel dos governantes na condução dessa situação para poupar vidas; Refletir sobre a influência negativa das notícias falsas divulgadas nas redes sociais sobre a pandemia; Valorizar a ciência como uma das principais soluções para reversão dessa situação.
LÍNGUA PORTUGUESA BNCC COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1 (BRASIL, 2018, p.483)	Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, a fim de ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.
HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA BNCC (BRASIL, 2018 p. 498) TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO SOCIAL	(EM13LP01) Relacionar o texto, tanto na produção como na recepção, com suas condições de produção e seu contexto sócio-histórico de circulação (leitor previsto, objetivos, pontos de vista e perspectivas, papel social do autor, época, gênero do discurso etc.).

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 2 (BRASIL, 2018 p. 484)	Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitar as diversidades, a pluralidade de ideias e posições e atuar, socialmente, com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza.
HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA BNCC (BRASIL, 2018 p. 492)	(EM13LGG202) Analisar interesses, relações de poder e perspectivas de mundo, nos discursos das diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e verbais), de sorte a compreender o modo como circulam, se constituem e (re)produzem significação e ideologias.
COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 3 (BRASIL, 2018 p. 493)	Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais), a fim de exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global.
HABILIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA (BRASIL, 2018 p.493) TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO SOCIAL HABILIDADES	(EM13LP05) Analisar, em textos argumentativos, os posicionamentos assumidos, os movimentos argumentativos e os argumentos utilizados para sustentá-los, para avaliar sua força e eficácia, e posicionar-se diante da questão discutida e/ou dos argumentos utilizados, recorrendo aos mecanismos linguísticos necessários.
EIXOS DA EDUCAÇÃO EM VALORES	-Responsabilizar-se por meio de atitudes que visem o bem coletivo. -Desenvolver hábitos e atitudes éticas para uma convivência respeitosa em sociedade. -Valorizar a vida e a saúde das pessoas em tempos de pandemia. -Posicionar-se criticamente frente as informações obtidas nas redes sociais e suas consequências para a saúde e qualidade de vida dos brasileiros.
METODOLOGIA	A atividade será desenvolvida em pequenos grupos de 3 a 4 alunos, para a leitura e a discussão dos textos. Posteriormente a isso, cada grupo elegerá um orador para apresentar a posição do grupo frente ao tema em questão. A segunda etapa da atividade consiste na produção de um power point com conteúdo que vá ao encontro do ponto de vista de cada grupo fazendo uso de imagens, vídeos e músicas retiradas da internet. Por fim, o grupo produzirá um artigo de opinião coletivo onde o orador irá apresentar para a classe defendendo o seu ponto de vista sobre o tema apresentado.

Fonte: Elaborado pela autora

ATIVIDADE 1

Figura 17 – Atividade 1 do quinto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores

Assista o vídeo clicando no link abaixo para depois responder as questões.

https://youtu.be/Vk_q82wK13w

(Esse vídeo apresenta cenas de profissionais de saúde e seus esforços no combate da pandemia, bem como cenas de mortes ocorridas em decorrência da doença. A música e as imagens favorecem a reflexão sobre como essa pandemia está sendo tratada no Brasil.)

- a) Qual panorama atual as imagens representam? Você consegue identificar?
- b) Você conseguiu reconhecer o Brasil nessas imagens? Em qual delas?
- c) O que a música tem a ver com as imagens?
- d) Como você se sentiu ao ver as imagens e ouvir a música?
- e) No início do vídeo aparece uma interrogação: E daí? O que isso significa?
- f) Ainda sobre o “E daí?”, você também apoia essa ideia de que as vidas perdidas não importam?
- g) Se você fosse um governante que atitudes tomaria para proteger seu povo dessa pandemia?
- h) Na sala de informática produza um power point com imagens e palavras retiradas da internet para conter o avanço da pandemia no Brasil.

Fonte: Elaborado pela autora

ATIVIDADE 2

Figura 18 – Atividade 2 do quinto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores

Como se proteger (Responsabilidade Individual)

As recomendações do Ministério da Saúde de prevenção à COVID-19 são as seguintes:

- Lave com frequência as mãos até a altura dos punhos, com água e sabão, ou então higienize com álcool em gel 70%. Essa frequência deve ser ampliada quando estiver em algum ambiente público (ambientes de trabalho, prédios e instalações comerciais, etc), quando utilizar estrutura de transporte público ou tocar superfícies e objetos de uso compartilhado.
- Ao tossir ou espirrar, cubra nariz e boca com lenço ou com a parte interna do cotovelo.
Não tocar olhos, nariz, boca ou a máscara de proteção fácil com as mãos não higienizadas.
Se tocar olhos, nariz, boca ou a máscara, higienize sempre as mãos como já indicado.
- Mantenha distância mínima de 1 (um) metro entre pessoas em lugares públicos e de convívio social. Evite abraços, beijos e apertos de mãos. Adote um comportamento amigável sem contato físico, mas sempre com um sorriso no rosto.
- Higienize com frequência o celular, brinquedos das crianças e outro objetos que são utilizados com frequência.
- Não compartilhe objetos de uso pessoal como talheres, toalhas, pratos e copos.
- Mantenha os ambientes limpos e bem ventilados.
- Se estiver doente, evite contato próximo com outras pessoas, principalmente idosos e doentes crônicos, busque orientação pelos canais on-line disponibilizados pelo SUS ou atendimento nos serviços de saúde e siga as recomendações do profissional de saúde.
- Durma bem e tenha uma alimentação saudável.
- Recomenda-se a utilização de máscaras em todos os ambientes. As máscaras de tecido (caseiras/artesanais), não são Equipamentos de Proteção Individual (EPI), mas podem funcionar como uma barreira física, em especial contra a saída de gotículas potencialmente contaminadas.

Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#como-se-protger>

- a) Dentre essas recomendações, qual delas você cumpriu (ou cumpre) e quais não?
- b) Você acredita que essas medidas são eficazes para impedir a transmissão do vírus?
- c) Como a sua rotina foi afetada na pandemia?
- d) Você acredita que a vacina vai nos proteger desse vírus?
- e) O que você pensa sobre o retorno às aulas presenciais? É seguro? Sim ou não e por quê?

ATIVIDADE 3

Figura 19 – Atividade 3 do quinto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores

Assista o vídeo abaixo para responder as perguntas:
<https://youtu.be/CVQrNXDc7TM>
 (Esse vídeo apresenta uma animação para retratar como a Covid-19 é transmitida e a importância dos protocolos de biossegurança.)

a) Qual é a mensagem mais importante que o vídeo transmite?
 d) De que maneira o vírus é espalhado?
 b) Como é possível identificar a importância dos protocolos de segurança no vídeo?
 c) O que acontece se cada pessoa não exercer a sua responsabilidade individual?
 e) Se as pessoas cumprirem com os protocolos de segurança o que acontecerá no mundo?
 f) Como você se sente diante dessa situação planetária?
 g) Quais as mudanças que a pandemia trouxe para sua vida?
 h) Produza um artigo de opinião com seu grupo defendendo quais seriam as medidas necessárias para contermos a Covid-19.

Fonte: Elaborado pela autora

3.6 Sexto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores

Quadro 6 – Descrição do sexto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores para o uso em sala de aula

TEMA	DIVERSIDADE/ PRECONCEITO RACIAL
MACROÁREA DA BNCC	CIDADANIA E CIVISMO
TEMÁTICA DE ABRANGÊNCIA	Vida Familiar e Social e Educação em Direitos Humanos
TEMA CONTEMPORÂNEO TRANSVERSAL	Refletir sobre a importância de combatermos o preconceito de qualquer espécie para um convívio harmônico e pacífico na sociedade. Analisar as consequências que o preconceito e a discriminação podem acarretar para as vítimas. Refletir sobre propostas que possam combater o preconceito na comunidade escolar e na sociedade de modo geral.
LÍNGUA PORTUGUESA BNCC (BRASIL, 2018, p. 483) COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1	Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, a fim de ampliar as formas de participação social, o

	entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO SOCIAL (BRASIL, 2018, p. 498) HABILIDADES	(EM13LP05) Analisar, em textos argumentativos, os posicionamentos assumidos, os movimentos argumentativos e os argumentos utilizados para sustentá-los, para avaliar sua força e eficácia, e posicionar-se diante da questão discutida e/ou dos argumentos utilizados, recorrendo aos mecanismos linguísticos necessários. (EM13LP04) Estabelecer relações de interdiscursividade e intertextualidade para explicitar, sustentar e qualificar posicionamentos para construir e referendar explicações e relatos, fazendo uso de citações e paráfrases devidamente marcadas. (EM13LP06) Analisar efeitos de sentido decorrentes de usos expressivos da linguagem, da escolha de determinadas palavras ou expressões e da ordenação, combinação e contraposição de palavras, dentre outros, para ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de uso crítico da língua.
EIXOS DA EDUCAÇÃO EM VALORES (SERRANO, 2002)	Analisar os casos de preconceito racial existentes no Brasil e no mundo, posicionando-se contrário a essa prática. Elaborar criticamente possíveis soluções para o problema abordado, refletindo sobre as questões éticas e humanitárias envolvidas. Desenvolver valores e comportamentos éticos visando a erradicação do preconceito racial na escola, no bairro e na sociedade Valorizar a vida e a diversidade presentes na sociedade brasileira e, defender a dignidade da pessoa humana.
METODOLOGIA	A atividade será desenvolvida em pequenos grupos de 3 a 4 alunos, para a leitura e a discussão dos textos. Posteriormente a isso, cada grupo elegerá um orador para apresentar a posição do grupo frente ao tema em questão. A segunda etapa da atividade consiste na produção de um power point com conteúdo que vá ao encontro do ponto de vista de cada grupo fazendo uso de imagens, vídeos e músicas retiradas da internet. Por fim, o grupo produzirá um artigo de opinião coletivo onde o orador irá apresentar para a classe defendendo o seu ponto de vista sobre o tema apresentado.

Fonte: Elaborado pela autora

ATIVIDADE 1

Figura 20 – Atividade 1 do sexto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores

SE NÃO DER PRA SER AMOR, QUE SEJA AO MENOS RESPEITO!

Braulio Bessa

*Seja menos preconceito, seja mais amor no peito
Seja Amor, seja muito mais amor.
E se mesmo assim for difícil ser
Não precisa ser perfeito
Se não der pra ser amor que seja pelo menos respeito.*

*Há quem nasceu pra julgar
É há quem nasceu pra amar
E é tão difícil entender em qual lado a gente está
Que o lado certo é amar!
Amar pra respeitar
Amar para tolerar
Amar para compreender,
Que ninguém tem o dever de ser igual a você!
O amor meu povo,
O amor é a própria cura, remédio pra qualquer mal.
Cura o amado e quem ama
O diferente e o igual
Talvez seja essa a verdade
Que é pela a anormalidade que todo amor é normal.*

*Não é estranho ser negro, o estranho é ser racista.
Não é estranho ser pobre, o estranho é ser eletista.
O índio não é estranho, estranho é o desmatamento.
Estranho é ser rico em grana, e pobre em sentimento.
Não é estranho ser gay, estranho é ser homofóbico.
Nem meu sotaque é estranho, estranho é ser xenofóbico.
Meu corpo não é estranho, estranho é a escravidão que aprisiona seus olhos na grade de um padrão.
Minha fé não é estranha, estranho é a acusação, que acusa inclusive quem não tem religião.
O mundo sim é estranho, com tanta diversidade
Ainda não aprendeu a viver em igualdade.
Entender que nós estamos
Percorrendo a mesma estrada.
Pretos, brancos, coloridos
Em uma só caminhada
Não carece divisão por raça, religião
Nem por sotaque
Oxente!
Sejam homem ou mulher
Você só é o que é
Por também ser diferente.
Por isso minha poesia, que sai aqui do meu peito
Diz aqui que a diferença nunca foi nenhum defeito.
Eu reforço esse clamor:
Se não der pra ser amor, que seja ao menos respeito!*

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Disponível em: https://aminoapps.com/c/grimm-amino-br/page/blog/respeito-a-diversidade-braulio-bessa/BWqn_Mhwuz8gxp3vJNXJQq27136E2B3kz

Após a leitura do texto responda as seguintes questões:

- a) A qual gênero textual pertence?
- b) Quantas estrofes tem esse texto?
- c) Quantos versos tem esse texto?
- d) Você sabe o que é diversidade?
- e) Você sabe o que é homofobia?
- f) Você sabe o que é xenofobia?
- g) Escreva em poucas palavras qual foi a mensagem que o poeta quis passar.
- h) Produza um power point na sala de informática com imagens de revistas ou jornais representando a diversidade de etnias presentes no Brasil e a importância do respeito entre todos.

Fonte: Elaborado pela autora

ATIVIDADE 2

Figura 21 – Atividade 2 do sexto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores

Ninguém nasce racista. Continue Criança.

Vídeo:

<https://www.youtube.com/watch?v=qmYucZKoxQA>

(Esse vídeo retrata crianças que foram convidadas a participar de uma cena na televisão onde elas seriam obrigadas a ofender e humilhar uma mulher negra que está sentada na frente delas.)

- 1) Assista ao vídeo para responder as perguntas.
 - a) Qual a principal mensagem do vídeo?
 - b) O que mais te impressionou no vídeo?
 - c) Você já presenciou alguma situação de preconceito na sua escola, rua, bairro cidade?
 - d) Qual foi a sua reação?
 - e) O Brasil é um país de miscigenação, ou seja, de etnias misturadas, por que será que ainda impera o preconceito na nossa sociedade?
 - f) Existem leis que apoiam as pessoas vítimas de preconceito?
 - g) Produza um powerpoint na sala de informática com imagens retratando as diferentes etnias existentes no Brasil.
 - h) Quais propostas você teria para revertermos a prática de qualquer tipo de preconceito na escola e na sociedade?

Fonte: Elaborado pela autora

ATIVIDADE 3

Figura 22 – Atividade 3 do sexto grupo de atividades híbridas de Língua Portuguesa e Educação em Valores

O vírus do racismo chocou os Estados Unidos e o Brasil em 2020

A chaga do preconceito racial, cada vez mais exposta entre os americanos, costuma ser encoberta com requintados subterfúgios por aqui.



MINNEAPOLIS – Chauvin asfixia Floyd em plena rua: “Não consigo respirar” – Facebook/Darnella Frazier/AFP

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Não bastasse a pandemia, o racismo despejou seu fel com chocante vigor nestes meses difíceis. Em maio, em Minneapolis, norte dos Estados Unidos, o negro George Floyd, 40 anos, passou mais de oito minutos deitado no asfalto, diante de testemunhas, com o joelho do policial branco Derek Chauvin pressionando seu pescoço. “Não consigo respirar”, repetia, ofegante. “Ele vai morrer”, angustiavam-se as pessoas em volta, de celular a postos. Floyd morreu por asfixia e o crime desencadeou a maior onda de protestos contra o racismo no país em mais de meio século. No pano de fundo da grita encabeçada pelo movimento Black Lives Matter (Vidas Negras Importam) está a contumaz violência da polícia contra negros, retratada em sequência, uma após outra, Estados Unidos afora, nesses tempos em que nada passa incólume pelas câmeras dos smartphones. Marchas gigantes, confrontadas por milícias direitistas empenhadas em apoiar as forças da ordem, incendiaram as grandes cidades americanas. Quatro policiais foram exonerados e indiciados, Chauvin sob a acusação de homicídio culposo. O julgamento está marcado para começar em março, enquanto projetos de reformulação das polícias são examinados em todo o país.



CONTINUA

CONTINUAÇÃO

A chaga do preconceito racial, latente e cada vez mais exposta entre os americanos, costuma ser encoberta com requentados subterfúgios de cunho cultural e econômico no Brasil, embora todos os indicadores confirmem que, também aqui, negros são mais maltratados do que brancos. Na véspera do feriado da Consciência Negra, em novembro, porém, em um supermercado de Porto Alegre, a reprise da barbárie americana chacoalhou a apatia: o negro João Alberto Freitas, também de 40 anos, foi perseguido, espancado e submetido ao joelho no pescoço por dois seguranças da loja, incentivados por uma funcionária, na frente de gente que filmava e pedia insistentemente que parassem. Não pararam, e João Alberto morreu, o que desencadeou manifestações e pedidos de providências por todo o país. Seis pessoas envolvidas foram presas. Puni-las é imprescindível, é claro, mas essencial mesmo é achar uma forma de erradicar esse outro — tristíssimo — vírus da face da Terra.

Publicado em VEJA de 30 de dezembro de 2020, edição nº 2719

Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/o-virus-do-racismo-chocou-os-estados-unidos-e-o-brasil-em-2020/>

Lexicografia:

Encontre no dicionário o significado das palavras abaixo:

Chaga

Contumaz

Latente

Requentados

Subterfúgios

Fel

Cunho

Incólume

Apatia

Barbárie

Imprescindível

Erradicar

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

- 1) Que tipo de texto é esse ?
 - a) Notícia () b) Conto () c) Poema () d) Propaganda ()
- 2) Qual é o título e o subtítulo do texto?
- 3) Onde esse texto foi publicado?
- 4) Você já tinha ouvido falar desses acontecimentos? Qual é a sua opinião sobre isso?
- 5) Houve manifestações nos Estados Unidos e no Brasil com relação a esses acontecimentos? Qual delas foi mais significativa? Por quê?
- 6) Qual é a sua sugestão para mudarmos esse cenário de racismo no Brasil e no mundo?
- 7) Produza um artigo de opinião coletivo defendendo o ponto de vista do grupo para o fim do preconceito racial.

Fonte: Elaborado pela autora

3.7 Discussões

A proposta deste trabalho de elaboração de atividades que contemplem a Base Nacional Comum Curricular, os Temas Contemporâneos Transversais e a Educação em Valores para a formação integral dos educandos, tem como referencial teórico Piaget (1933/1994), pioneiro nos estudos da Psicologia do Desenvolvimento Moral, apesar de seu objeto de estudo ser o sujeito epistêmico (sujeito do conhecimento), suas pesquisas trouxeram contribuições significativas para a área da Moralidade até os dias atuais.

Antes dele, a ideia de moral (inata) restringia-se à adesão de valores contidos na sociedade e memorização de regras, com Piaget entendemos que a evolução da heteronomia para a autonomia se dá por meio do oferecimento de atividades interativas e ensinamentos formais (escola e família) para construção de personalidades autônomas, em que o indivíduo passa pela transição de uma moral imposta pelos adultos, por intermédio da coerção, até atingirem uma moral baseada na cooperação e na autonomia.

A escola apresenta-se, portanto, como espaço privilegiado para o desenvolvimento moral de crianças e adolescentes por meio de interações elaboradas com propósitos claros e foco nos temas sociais éticos fundamentais para a formação humana. Por meio da reflexão, as crianças e adolescentes vão construindo valores essenciais para o convívio em sociedade.

Outro referencial teórico que sustentou a construção desta dissertação foi o apoio das descobertas de Lawrence Kohlberg que, segundo Biaggio (2006), aprofundou os estudos de Piaget e desenvolveu três níveis de desenvolvimento sequencialmente invariáveis e universais para analisar a dimensão da transposição da heteronomia para a autonomia. Por meio da discussão de dilemas morais, Kohlberg identificava o nível e o estágio em que o jovem ou adulto de se encontrava.

A discussão de dilemas morais propostos pelo autor abre uma possibilidade muito rica para os educadores aplicarem com seus alunos, pois permite que eles entrem em contato com situações conflitantes que abordem temas controversos e, por meio da discussão de diferentes pontos de vista, têm a oportunidade de refletir sobre eles para encontrarem a melhor solução.

Outra contribuição significativa para apoiar essa proposta encontra-se nos escritos de Puig (1998), que seguindo o mesmo caminho de Piaget e Kohlberg, destacou a importância da socialização para o desenvolvimento moral respeitando a autonomia do educando por meio de diálogos entre os pares e, a necessidade da defesa de valores de paz e dos Direitos Humanos.

Segundo ele, uma Educação que possibilite a formação integral dos indivíduos deve construir um programa educativo que aborde as quatro éticas fundamentadas em valores: aprender a ser (auto ética), aprender a conviver (alterética), aprender a participar (sócio ética) e aprender a habitar o mundo (ecoética). As vias que ele aponta para o desenvolvimento desse programa educativo são a interpessoal (vínculos entre professores e alunos), a curricular (espaços que permitam a discussão de dilemas morais) e a institucional (organização democrática da escola).

A proposta desta dissertação apoiou-se também no que La Taille (2009) afirma, que a Educação Moral seja baseada em princípios de justiça, generosidade e dignidade da pessoa humana, de modo a favorecer a reflexão e propiciar que os educandos analisem outras formas de crenças e reflitam sobre elas. Porém, para que isso ocorra, faz-se necessária a revisão de como a escola está organizada optando pela democracia escolar onde todos os envolvidos da comunidade escolar sejam ouvidos e participem das decisões efetuadas, favorecendo, assim, para o sentimento de pertencimento à instituição escolar.

Outra contribuição significativa é a defesa da Educação em Valores por Serrano (2002), por meio da qual ela ressalta que a escola deve ir além da transmissão de conhecimentos cognitivos focando em conteúdos que contribuam para que os alunos aprendam a viver em sociedade com respeito e tolerância. Por meio dos Temas Transversais a autora propôs caminhos para o desenvolvimento da Educação Moral e de Civismo.

A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2019a) para o ensino médio foi elaborada com o objetivo do desenvolvimento de competências e da Educação Integral, ela está organizada por áreas de conhecimento que tem por finalidade integrar os conhecimentos dando sentido aos conteúdos estudados. O objetivo é consolidar os conhecimentos adquiridos no nível anterior e aprofundar, consolidar e ampliar a Educação Integral. Em Língua Portuguesa, a BNCC permite a investigação minuciosa, a possibilidade da análise das linguagens e seus funcionamentos, a reflexão crítica da leitura e escuta e a produção de textos verbais e multissemióticos, desse modo busca-se assegurar a formação integral dos jovens.

Com a BNCC, os Temas Transversais foram substituídos pelos Temas Contemporâneos Transversais, com caráter obrigatório para todas as escolas. Nesse documento ressalta-se que o conhecimento deva ser contextualizado de acordo com o interesse e necessidades dos alunos objetivando seu desenvolvimento como cidadão.

Afirmamos que os teóricos e os documentos oficiais mencionados acima corroboram com a necessidade da ressignificação da Educação e de seu papel na formação integral de crianças e adolescentes. O objetivo desta dissertação foi mostrar que a escola tem em suas mãos uma oportunidade muito rica de fazer um processo de ensino-aprendizagem renovado, onde o aluno esteja no centro desse processo. O caminho é possível, porém não basta apenas que os educadores estejam dispostos a repensar suas práticas em sala de aula propondo atividades elaboradas com fundamentação teórica para promoverem a adesão a valores sociomoraes essenciais para a formação humana e de uma sociedade mais justa e fraterna. Para que isso ocorra, faz-se necessário também que os órgãos responsáveis pela implantação de novas propostas educacionais, bem como de novos currículos, levem em consideração o que os educadores que estão na sala de aula, com a “mão na massa”, têm a dizer sobre o cotidiano escolar, pois são eles os que mais conhecem o que realmente ocorre nas salas de aula. Também é necessária a promoção de formações continuadas sólidas, em serviço e descentralizadas, para que todos os professores se apropriem da fundamentação teórica e, desse modo, possam concretizá-la em sala de aula, em um verdadeiro exercício da práxis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente aos resultados lastimáveis obtidos pelos sistemas educacionais brasileiros públicos e/ou particulares, aponta-se como urgente a ressignificação da educação básica e quiçá superior, em nível municipal, estadual e privado.

A Educação em alguns estados brasileiros, ainda permanece fragmentada em disciplinas como se ensinava no século XIX, onde o aluno era um mero receptor dos conhecimentos transmitidos pelos professores, as disciplinas eram compartimentalizadas e, não tinha o direito de manifestar-se e muito menos de questionar o mestre, que ocupava sempre o centro do processo de ensino-aprendizagem.

Os tempos mudaram e, felizmente, essa visão retrógrada de ensino tem sido questionada, dando lugar a visões diferentes e métodos ativos de aprendizagem. Em alguns contextos e iniciativas, o aluno está no centro do processo de ensino aprendizagem, ele é o foco principal e o objetivo da escola. Toda atenção se volta para que o aluno seja contemplado em seus diferentes modos de aprender e, que a escola faça sentido em sua vida.

Se quisermos formar cidadãos que saibam cuidar de si mesmos, de sua saúde, que saibam conviver com respeito e empatia ao próximo, que sejam participativos na sociedade e respeitem o meio ambiente, precisamos introduzir uma Educação em Valores que contemple os Temas Contemporâneos Transversais (TCT), de modo a permitirmos que os alunos reflitam sobre os graves problemas sociais, econômicos e políticos existentes na sociedade brasileira e, pensem em possíveis soluções para os mesmos. Desse modo, estaremos contribuindo para que os educandos desenvolvam a autonomia, o senso crítico, o protagonismo juvenil, ao mesmo tempo em que estimulamos sua participação efetiva na sociedade.

Os documentos oficiais mais recentes elaborados pelo Ministério da Educação como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforçam a necessidade de uma formação integral dos educandos, estimulando a autonomia, a corresponsabilidade no processo de aprender e o protagonismo juvenil.

O presente trabalho teve como objetivo construir atividades que contemplassem a Base Nacional Comum Curricular em Língua Portuguesa, os Temas Contemporâneos Transversais e a Educação em Valores para a 1ª série do Ensino Médio, como um parâmetro para que outros educadores também se inspirem em articular os documentos citados acima em diferentes disciplinas, como possíveis caminhos a serem trilhados para a ressignificação da educação brasileira.

Um dos propósitos principais deste trabalho foi o de colocar os estudantes em contato com temáticas sociais e éticas pouco exploradas nos livros didáticos e/ou nos materiais da Secretaria de Estado da Educação. Vivemos tempos em que o preconceito, a violência, a falta de empatia, de solidariedade e de respeito apresentam-se como “normais” na sociedade brasileira e são até aplaudidas por uma parte da população. Essa situação lastimável precisa urgentemente ser revertida, e nesse sentido, cabe à escola e aos educadores elaborarem respostas assertivas para a solução desses problemas para a construção de uma sociedade mais justa e solidária onde os Direitos Humanos sejam respeitados.

A construção desta dissertação e das atividades propostas para a aplicação em sala de aula, contribuíram e muito para minha formação pessoal, acadêmica e profissional, pois por intermédio da leitura e conhecimento das teorias que embasam o Desenvolvimento Moral e sua importância para a formação integral de crianças e adolescentes, bem como dos documentos recentes que norteiam a Educação Básica, experienciei a evolução da minha visão de educação, bem como a importância e a necessidade de formação continuada para que meu trabalho como educadora se concretize a contento. Essa experiência única e singular precisa ser compartilhada com outros educadores para servir de combustível de que a transformação da Educação é um caminho possível e pode ser trilhada por todos.

A academia precisa estar mais próxima dos anseios dos educadores das escolas públicas, levando em consideração que eles apreciam entrar em contato com amostras de atividades práticas, aplicáveis em sala de aula, não para serem copiadas ou se prestarem como receituários, mas para servirem de norte para que os mesmos desenvolvam as suas próprias, empregando sua criatividade com base nos conhecimentos de suas turmas. A excessiva jornada de trabalho desses profissionais, atreladas às péssimas condições de trabalho e à falta de uma formação continuada por parte dos órgãos oficiais exigem da academia intervenções específicas que facilitem o seu trabalho e os estimulem a debruçarem-se na proposição de novas alternativas para o cotidiano escolar.

Ainda há muito por fazer por parte das autoridades e da academia, porém nos deparamos com visões e perspectivas muito promissoras de um novo tempo para a Educação de crianças e adolescentes brasileiros, o que nos estimula a continuar acreditando e esperando que o magistério, se não é a única, é uma das profissões mais importantes para a transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, A.P. da; CERQUEIRO, L. (Org.). **Diagnóstico participativo das violências nas escolas: falam os jovens**. Rio de Janeiro: FLACSO/OEI/MEC, 2016. Disponível em: http://flacso.org.br/files/2016/03/Diagn%C3%B3stico-participativo-das-viol%C3%Aancias-nas-escolas_COMPLETO_rev01.pdf. Acesso em: 18 jan. 2019.
- ARAÚJO, U. F. de. A construção social e psicológica dos valores. In: ARAÚJO, U. F.; PUIG, J. M. P.; ARANTES, V. A. (Org.). **Educação e valores: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2007. p. 17-64.
- ARAÚJO, U. F. de; PUIG, J. M. **Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal**. São Paulo: Moderna, 2001.
- ARAÚJO, U. F. de; PUIG, J. M. **Temas transversais e a estratégia de projetos**. São Paulo: Moderna, 2003.
- BIAGGIO, A. M. B. **Lawrence Kohlberg: ética e educação moral**. São Paulo: Moderna, 2006.
- BIONDI, R. **SAEB**. Brasília: MEC/SEF, 2008. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/saeb/>. Acesso em: 07 mar. 2015.
- BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental**. Brasília: Secretaria de Ensino Fundamental, 1997a.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**. Brasília: Secretaria de Ensino Fundamental, 1997b.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Lei Maria da penha. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.
- BRASIL. Comitê Nacional em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Ed. rev. Brasília: SDH/PR, 2010.
- Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Coordenação Geral de educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação**. PNE 2014-2024: Linha de Base. Brasília, DF: INEP, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018**. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. Brasília: CNE, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos transversais na BNCC**: contexto histórico e pressupostos pedagógicos, 2019a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 05 nov. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC**: Propostas de Práticas para a Implementação, 2019b. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 05 nov. 2020.

DÍAZ-AGUADO, M. J. **Construção moral e educação**: uma aproximação construtivista para trabalhar os temas transversais. Tradução de Orlando Fonseca. Bauru: EDUSC, 1999.

DÍAZ-AGUADO, M. J. **Da violência escolar à cooperação na sala de aula**. Trad. Neide Scomparim Fagiomatto. Revisão da tradução: Alessandra de Moraes, Flávia Maria de Campos Vivaldi. Americana: Adonis, 2015.

KOHLBERG, L. **Psicologia del desarrollo moral**. Bilbao: Editorial Desclés de Brouwer S.A., 1992.

LA TAILLE, Y. **Moral e ética**: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LA TAILLE, Y. **Formação Ética**: do tédio ao respeito de si. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LEME, M. I. S. **Convivência, conflitos e educação nas escolas de São Paulo**. São Paulo: ISME, 2006.

LIND, G. **Moral Competence Test (MCT)**. 2014. Disponível em: <http://www.uni-konstanz.de/ag-moral/mut/mjt-engl.htm>. Acesso em: 15 maio 2014.

MACEDO, N. D. de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo: Loyola, 1994.

MENIN, M. S. S. Adesão a valores sociomoraís na contemporaneidade: um estudo com escolares de ensino fundamental e médio. **Schème – Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**, v. 11, p. 86-122, 2019.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994. [Originalmente publicado em 1932].

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?**. Trad. Ivete Braga. 14. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

PUIG, J. M. **Ética e valores: métodos para um ensino transversal**. São Paulo: Casa 13 do Psicólogo, 1988.

PUIG, J. M. **A construção da personalidade moral**. São Paulo: Ática, 1998.

PUIG, J. M. **Práticas morais: uma abordagem sociocultural da educação moral**. São Paulo: Moderna, 2004.

PUIG, J. M. Aprender a viver. In: ARAÚJO, U. F.; PUIG, J. M. P.; ARANTES, V. A. (Org.). **Educação e valores: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2007. p. 65-106.

SERRANO, G. P. **Educação em valores: como educar para a democracia**. Trad. Fátima Murad. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SILVA, M. E. F. da; BRABO, T. S. A. M. ; SHIMIZU, A. M. Avanços e retrocessos nas políticas públicas educacionais contemporâneas: censuras e supressões referentes a gênero e sexualidades em documentos oficiais de educação (1997-2015). **Educação em Debate**, v. 41, n. 80, set./dez., 2019.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Violência nas escolas: o olhar dos professores**. São Paulo: APEOESP, 2013.

TAVARES, M. R.; MENIN, M. S. S.; BATAGLIA, P. U. R.; TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P.; MARTINS, R. A.; MORO, A. Construção e validação de uma escala de valores sociomoraes. **Cadernos de pesquisa**, v. 46, n. 159, jan./mar., 2016.

VASCONCELOS, M. S. **Indisciplina no contexto escolar: estudo a partir de representações de professores do Ensino Fundamental e Médio**. Apresentação de trabalho. Florianópolis: ANPEP, 2005.

VINHA, T. P.; NUNES, C. A. A. O desafio da convivência: ao tratar da mesma forma indisciplina e violência, escola perde oportunidade de agir de forma reflexiva e transformadora. **Cadernos Globo**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 70-79, nov. 2018. Disponível em: http://app.cadernosglobo.com.br/banca/volume-14/pdf/70-79_desafio_de_convivencia.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

WENTZEL, K. R. Peer relationships, motivation, and academic performance at school. In: ELLIOT, A. J.; DWECK C. S.; YEAGER, D. S. (Org.). **Handbook of competence and motivation: Theory and application**. New York: The Guilford Press, 2017. p. 586-603.